FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS CULTURAIS - PPHPBC
MESTRADO EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA NO PROJETO POLÍTICO-CULTURAL DO ESTADO NOVO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós Graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC Para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

REGINA CELIA ACIOLI OLIVEIRA

Dezembro de 2005

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS CULTURAIS - PPHPBC

MESTRADO EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

APRESENTADO POR

REGINA CELIA ACIOLI OLIVEIRA

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA NO PROJETO POLÍTICO-CULTURAL DO ESTADO NOVO

ORIENTADOR: SERGIO TADEU DE NIEMEYR LAMARÃO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS CULTURAIS - PPHPBC

MESTRADO EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA NO PROJETO POLÍTICO-CULTURAL DO ESTADO NOVO

REGINA CELIA ACIOLI OLIVEIRA

E
APROVADA EM 09/12/2005
PELA BANCA EXAMINADORA

Prof°. Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer primeiramente ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, que com sua política de aperfeiçoamento de pessoal, por meio do Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais, resultado da alta qualidade de seu quadro de profissionais, garantiu-me a oportunidade de conclusão desta pesquisa.

Agradeço aos professores do programa do Mestrado, pela paciência, encorajamento e estímulo dado ao desenvolvimento deste trabalho, em especial a professora Dra. Ângela de Castro Gomes e ao professor Dr. Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão, que dedicou boa parte de seu tempo no desenvolvimento desse trabalho.

Ao professor Dr. Eli Alves Penha, pelas sugestões durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas do Curso de Mestrado do CPDOC, que me dedicaram alento, nomes em ordem alfabética: Alexandre, Ana Maria , Carina, Cláudia Rose, Eliana, Elionalva, Fábio, Judite Helena, Lílian, , Marília, Nilcemar, Rita e Sheila.

Aos colegas de trabalho, nas figuras de Débora Moscoso, Edna Maria, Freire, Helena Torelly, Maria Tereza Passos, Nadya Deps, Paulo Roberto dos Santos Lindesay, Regina Fucci, Roberto Schimidt e Vera Cortes Abrantes.

Aos meus familiares, especialmente a minha mãe, pelo incentivo e, por entender as longas horas de ausência de nosso convívio.

Por fim, agradeço a Deus por estar viva e ter conseguido finalizar a pesquisa.

Ao companheiro Hilton, a minha mãe Dalila

e ao meu filho Renard

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto a reconstituição histórica do desenvolvimento da estatística no Brasil e a criação e os primeiros anos de atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O período tratado se estende desde o Segundo Império até 1945. O trabalho prioriza a abordagem dos acontecimentos que culminaram com a constituição do IBGE, no contexto das transformações produzidas pela Revolução de 1930, e analisa sua participação nos projetos modernizadores político-culturais durante o Estado Novo, com base, entre outras fontes na documentação produzida pelo próprio Instituto.

Palavras-chave: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estado Novo, Política cultural.

ABSTRACT

The present thesis has as its object to promote the historical reconstitution of the development of statistics in Brazil, and the creation and the first years of performance of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (Instituto Brasileiro de geografia e Estatística – IBGE). The period under study begins with to the creation of the Institute, in the context of the transformations provoked by the 1930 Revolution, and analyzes its participation in the moderniizing political-cultural projects in the period of the Estado Novo. The works is based, among other sources, on the documentation produced by the Institute during this time.

Key-words: Brazilian Institute of Geography and Statistics, Estado Novo, cultural politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO…….....17
1 O desenvolvimento das atividades estatísticas no Brasil.....26
1.1 No segundo reinado..... 26
1.2 Na Primeira República.....29
1.2.1 A Diretoria Geral de Estatística e os Censos de 1890 e 1900**.....29**
1.2.2 A reorganização da DGE e a atuação de Bulhões Carvalho**.....31**
1.2.3 O Censo de 1920**.....34**
1.2.4 As tentativas de racionalização das estatísticas nacionais nos anos 1920**....36**
1.3 As estatísticas nos primeiros anos da Era Vargas.....40
1.3.1 Teixeira de Freitas e os Serviços de Estatística no âmbito do MESP**.....42**
1.3.2 Teixeira de Freitas e a ampliação dos serviços estatísticos**.....47**
2 A organização do Instituto Nacional de Estatística e seus antecedentes imediatos.....56
2.1 A criação e a atuação do Instituto Nacional de Estatística**.....56**
2.2 A expansão da geografia no Brasil.....64
2.3 A implantação do Estado Novo.....69
2.4 A mudança de denominação: o surgimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).....71
2.5 A Lei Geográfica.....76
3 O IBGE e suas ações culturais durante o Estado Novo.....80
3.1 O DIP e a política cultural do Estado Novo.....81
3.2 A participação do IBGE na política cultural do Estado Novo.....83
3.2.1 As publicações do IBGE.....85
3.2.1.1 As publicações na área da geografia**.....85**
3.2.1.2 As publicações da área de estatística**.....89**
3.2.1.3 Outras publicações**.....90**
3.2.2 A promoção de campanhas culturais.....91
3.2.3 A campanha de simplificação da ortografia.....96
3.2.4 A difusão do Esperanto.....97
3.3 A posição do município no Estado brasileiro.....98
3.3.1 A campanha dos Mapas Municipais.....102
3.3.2 A comemoração do "Dia do Município"**..... 105**
Considerações finais.....109
4 Bibliografia.....113

1 INTRODUÇÃO

A proposta de trabalhar com o tema “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no projeto político-cultural do Estado Novo” (1937-1945) vem ao encontro de minha experiência profissional junto à equipe de Memória Institucional do IBGE, setor no qual atuo desde l990. Parte integrante da Gerência de Bibliotecas e Acervos Especiais, do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), a Memória Institucional mantém sob sua guarda o acervo institucional produzido ao longo dos 69 anos de existência do IBGE, retratando a trajetória do órgão e as atividades por ele desenvolvidas no espaço territorial brasileiro. Cabe ao setor, entre outras atribuições, preservar esse valioso acervo e promover a reconstituição histórica da instituição, no intuito de atender não apenas aos interesses institucionais, mas, também, aos da sociedade em geral, objeto de destino das informações produzidas.

Meu interesse em desenvolver um estudo específico sobre a instituição deveu-se ao fato de o IBGE possuir um rico acervo de documentos administrativos, bibliográficos e fotográficos, cuja investigação possibilita apontar caminhos ainda não percorridos, referentes à participação institucional no plano da ação cultural da Era Vargas, mais precisamente nos anos do Estado Novo (1937-1945). A pesquisa voltou-se, pois, para uma área ainda inexplorada no contexto de um órgão voltado, por definição, para o planejamento, a geração e o gerenciamento de informações estatísticas e geográficas, e não para atividades culturais.

Diretamente vinculadas ao processo de expansão e modernização do Estado brasileiro, as origens mais imediatas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) podem ser localizadas no início da década de 1930. Elas estavam assentadas em dois elementos fundamentais: a necessidade de se produzir estatísticas seguras, capazes de contribuir para a implementação das políticas públicas governamentais; e as

influências externas, que apontavam para a necessidade premente de o Brasil adotar uma padronização de informações estatísticas compatível com a existente no exterior.

O contexto político de criação do Instituto foi marcado por uma fase de profundas mudanças na estrutura de poder nacional, aberta pela Revolução de 1930. Com efeito, o novo governo tomou diversas iniciativas nas mais diferentes áreas, reestruturando órgãos já existentes, criando ministérios, comissões, conselhos, departamentos e institutos que tinham como finalidade implementar políticas públicas que viabilizassem, legitimassem o formato político-institucional então adotado. Em resumo, a década de 1930 representou, sem dúvida alguma, uma nova fase na evolução política, social e econômica do Brasil, ao longo da qual o Estado assumiu um caráter centralizador inédito na história do país.

Instalado em novembro de 1930, o Governo Provisório, chefiado por Getulio Vargas, sentiu a necessidade de buscar o apoio dos serviços estatísticos ao processo de tomada de decisões. Esse apoio deveria basear-se, sobretudo, em informações precisas, capazes de refletir as reais condições em que se encontrava o país. Faltava-lhe, entretanto, o organismo capaz de lhe fornecer esses elementos.

Um dos principais responsáveis pelas iniciativas que culminariam com a criação do IBGE foi o baiano Mário Augusto Teixeira de Freitas. Técnico da Diretoria Geral de Estatística desde 1908, em março de 1920 foi nomeado delegado geral do Recenseamento em Minas Gerais. Sua atuação levou o governo mineiro a convidá-lo para reformular a organização estatística estadual, dando-lhe plena liberdade de atuação como diretor do Serviço de Estatística de Minas Gerais. Nesse contexto, teve a oportunidade de colaborar com Francisco Campos, secretário do Interior do governo Antônio Carlos (1926-1930). Quando Francisco Campos assumiu o Ministério da

Educação e Saúde Pública, convidou-o, em janeiro de 1931, para chefiar a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação.

No exercício desse cargo, Teixeira de Freitas concebeu, em grandes linhas, o plano de cooperação interadministrativa, de âmbito nacional, exposto em tese apresentada à IV Conferência Nacional de Educação, de 1931. Estruturando e unificando as estatísticas do ensino em todo país, o plano de cooperação a ser celebrado entre a União e os estados serviriam de ponto de partida a toda a evolução futura do sistema estatístico brasileiro. Em 1932, atendendo à solicitação de Francisco Campos, e do ministro da Agricultura, Juarez Távora, apresentou um anteprojeto de lei com a finalidade de integrar os serviços de estatística no país, na qual propunha a junção dos serviços estatísticos aos cartográficos.

Em resposta a esse projeto, em 1933 formou-se uma comissão interministerial, composta de especialistas e técnicos. Designada por Juarez Távora, a comissão, após análise das sugestões de Teixeira de Freitas, apresentou relatório final com as diretrizes da organização da estatística nacional, seguido do anteprojeto de decreto pela qual era proposta a criação do Instituto Nacional de Estatística. A proposta apresentada pela comissão interministerial provocou reações que retardaram a efetivação da proposta. Mais tarde, em julho de 1934, foi baixado o Decreto nº 24.609 criando o Instituto Nacional de Estatística (INE) - organização de âmbito federativo destinado à progressiva articulação e cooperação das três ordens da esfera administrativa da República – a federal, a estadual e a municipal –, bem como da iniciativa particular. Seu objetivo era promover e fazer executar o levantamento sistemático de todas as estatísticas (IBGE, 1947: 5-15).

Entretanto, a efetiva instalação do INE só ocorreu em maio de 1936, sob a presidência do ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares. Tendo

em vista a conveniência de alargar a esfera de ação do Instituto, foi convocada e celebrada a Convenção Nacional de Estatística, da qual participaram delegados dos governos estaduais e do federal. Esse pacto inter-governamental, há muito defendido por Teixeira de Freitas, estabeleceu as bases para a constituição do Conselho Nacional de Estatística (IBGE, 1947: 46-66). Coube às prefeituras instalar agências municipais de estatística, ficando sob sua responsabilidade a execução dos levantamentos das informações necessárias às campanhas_de interesse das esferas municipal, estadual e federal.

Em novembro, o governo regulamentou o Conselho Nacional de Estatística, entidade colegiada responsável pelo funcionamento do INE. Em março de 1937, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, que, a seguir, foi incorporado ao INE, na condição de organismo centralizador das atividades geográficas nacionais. A incorporação deste segundo conselho está na origem da mudança do nome do Instituto Nacional de Estatística para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em janeiro de 1938. Ainda no mesmo ano, foram criados o Serviço Nacional de Recenseamento e a Comissão Censitária Nacional, com vistas ao V Recenseamento Geral do Brasil, a ser realizado em 1940, o primeiro sob a responsabilidade do IBGE.

O IBGE – ao trazer para os levantamentos estatísticos um critério uniforme de planejamento que evitou os resultados divergentes, antes tão comuns, ao padronizar as formas de apresentação tabular e efetuar diretamente levantamentos e inquéritos no plano nacional, além de coordenar e sistematizar estatísticas oriundas de outras fontes, todas elas coletadas e elaboradas sob sua orientação técnica – conferiu novo sentido à estatística brasileira. Ademais, foi com o IBGE que houve, pela primeira vez, uma preocupação com a correta localização das áreas a serem cobertas pelos Censos. Faissol sintetiza: “A Geografia e a Cartografia tiveram um papel essencial na melhoria da

qualidade da informação" (1995: 167).

A par de suas atividades-fim de caráter administrativo técnico-científico, o IBGE implementou, desde os seus primeiros anos de existência, ações de cunho educativo e cultural que iam além de suas atribuições como agência de planejamento do governo federal. Essas ações estavam, por um lado, de acordo com as linhas gerais definidas pelo Estado Novo, regime autoritário implantado em novembro de 1937; por outro lado, buscavam dar visibilidade pública ao Instituto, fortalecendo-o no interior do aparelho de Estado, num momento em que, por força mesmo da ditadura estado-novista, que fechou as casas legislativas em todo o país e extinguiu os partidos políticos, os conflitos se situavam dentro da órbita do Poder Executivo e lá eram dirimidos.

Os estudos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia refletiam, de forma significativa, o papel que os levantamentos estatísticos e a pesquisa geográfica e cartográfica poderiam desempenhar na administração do imenso território brasileiro em vias de integração sócio-espacial. De conteúdo fortemente nacionalista, as práticas educativas e culturais empreendidas pelo IBGE tinham o sentido de cultuar o sentimento de brasilidade, expresso por meio de iniciativas voltadas para difusão dos conhecimentos geográficos, cartográficos e estatísticos e da cultura brasileira.

A documentação oficial da instituição revela algumas iniciativas cultural-educativas, de naturezas bem diversas, referenciadas nas resoluções dos seus diferentes fóruns deliberativos. Assim, ao lado da montagem do Museu de Geografia do Brasil, tem-se a organização do X Congresso Brasileiro de Geografia (1942), ocasião em que foi realizada a cerimônia do Batismo Cultural de Goiânia, com a inauguração da nova capital de Goiás. O acontecimento foi considerado como marco inicial da campanha promovida pelo Estado Novo, intitulada "Marcha para Oeste", a qual defendia a interiorização do país. Além disso, o IBGE promoveu a comemoração do "Dia do

Estatístico", instituiu concurso anual de monografias referentes a aspectos da geografia municipal, e divulgou o esperanto, língua auxiliar utilizada como recurso para a efetiva cooperação cultural do Brasil com países estrangeiros.

O IBGE lançou igualmente diversas publicações, criadas para divulgar os trabalhos desenvolvidos pela instituição e que viriam a se constituir em instrumentos de cooperação científica e cultural com instituições técnico-científicas brasileiras e estrangeiras. Merecem destaque a *Revista Brasileira de Geografia*, cujo primeiro número foi lançado em 1939, a *Revista Brasileira de Estatística*, em circulação desde 1940, deu continuidade à *Revista de Economia e Estatística*, editada pelo Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura, e o *Boletim Estatístico*, que reunia em apresentação tabular, informações estatísticas atualizadas a cada número, num desdobramento mensal de algumas séries publicada pelo *Anuário Estatístico do Brasil*.

Para viabilizar a pesquisa, procurei fazer um recorte entre as realizações culturais levantadas, privilegiando aquelas com conteúdo eminentemente "municipal". Elegi duas ações: a celebração, em 1º de janeiro de 1939, do *Dia do Município*, festa nacional instituída pelo Decreto-Lei nº 846, de 9 de novembro de 1938; e a montagem da Exposição Nacional de Mapas Municipais, em 29 de maio de 1940, em cumprimento aos dispositivos do Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938 (a chamada "Lei Geográfica do Estado Novo"), reunindo mapas com informações básicas sobre todos os municípios brasileiros.

A seleção dessas ações específicas deveu-se ao fato de o IBGE ter tido uma preocupação constante com as questões municipais e com o ideário municipalista, causa incansavelmente defendida por Teixeira de Freitas. E visto que o município era a célula primária da vida econômica, política e social, o Instituto não poderia prescindir do conhecimento estatístico de suas próprias condições para desempenhar sua missão.

Antes da vigência da “Lei Geográfica do Estado Novo”, a nomenclatura geográfica do país apresentava uma série de problemas, causados pela ausência de uma sistemática geral, pois cada governo estadual agia isoladamente dentro das fronteiras das suas respectivas unidades político-administrativas, sem que fosse computado o quadro territorial geral do país. A referida Lei impôs providências aos prefeitos, destacando-se a que determinava a delimitação das zonas urbanas e suburbanas das sedes municipais e distritais. Serviu ainda de ponto de partida para a objetivação de vários empreendimentos técnicos e científicos levados a efeito em benefício da geografia nacional.

A Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937, em cuja elaboração Francisco Campos teve decisiva participação, restituiu em parte aos municípios a função de elementos formadores da nacionalidade, que havia exercido na fase colonial brasileira e que veio a perder ao longo do Império e, sobretudo, da Primeira República (Bezerra, 1940: 243-252). Em outras palavras, foi somente com a promulgação da Constituição estado-novista que os poderes municipais foram, ainda que parcialmente, restabelecidos, sendo plausível inferir alguma participação, nesse movimento, de Teixeira de Freitas, um dos primeiros homens a abraçar a tese municipalista na época republicana.

O principal objetivo dessa pesquisa consiste, pois, em analisar como o IBGE participou e se integrou no esforço de propaganda nacionalista do Estado Novo, fazendo, ao mesmo tempo, a propaganda de suas própria atuação específica, enquanto agência de planejamento estatístico-territorial do governo federal. Isso significa investigar, necessariamente, o grau de envolvimento do IBGE com a política cultural mais ampla do Estado Novo, que teve no Departamento de Imprensa e Propaganda o seu principal agente.

A metodologia empregada na pesquisa apoiou-se na consulta da abundante documentação referente especificamente ao tema mais amplo – aquela relativa à organização da estatística no Brasil –, produzida em diferentes momentos da história do órgão e depositada em seus arquivos. E, como não poderia deixar de ser, incluiu, também, a revisão de literatura mais geral, que tornou possível o exame de fatos sócio-políticos e culturais relevantes para a reconstituição do cenário histórico no interior do qual a instituição cumpriu sua trajetória em seus primeiros anos de existência.

A documentação primária, disponível nos arquivos do IBGE e utilizada na pesquisa, compreendeu resoluções das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia, editadas pelo IBGE em vários volumes, decretos, organizados e editados em coletâneas, Atas das Assembléias Gerais, encadernadas por ano, artigos, discursos de posse, comemorações, resenhas e outras atividades desenvolvidas pelo Instituto e que foram publicadas na *Revista Brasileira de Estatística*, na *Revista Brasileira de Geografia*, no *Boletim Geográfico*, nos *Anuários Estatísticos*, entre outras publicações.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, procurou-se fazer um balanço, com certo grau de detalhamento, das atividades empreendidas pelo poder central no campo da estatística e da geografia desde o Segundo Império até os primeiros anos da Era Vargas, passando, obviamente, pela Primeira República. Nesse longo período, iniciado nos anos 1870 e encerrado em 1936, foi conferida maior ênfase à fase que antecede imediatamente à criação do IBGE, ou seja, o pós-1930. Conseqüentemente, o texto passa em revista as diversas iniciativas tomadas pelo governo brasileiro após a Revolução de 1930, que culminaram na criação do Instituto Nacional de Estatística, do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia.

O segundo capítulo cobre o período que se

CAPÍTULO 1 - O desenvolvimento das atividades estatísticas no Brasil

1.1 No Segundo Reinado

As primeiras idéias para organização da estatística geral no Brasil surgiram com José Cândido Gomes, considerado um dos precursores da sistematização da estatística no país. No trabalho *Bases para organização da estatística*, encaminhado ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, em 20 de dezembro de 1862, Gomes aponta para a necessidade de centralização das estatísticas e assinala a importância dos levantamentos populacionais, a ser empreendida no âmbito daquele ministério. Estruturado com base na organização dos serviços de estatística da Bélgica, elaborada por Adolphe Quetelet, e nos da França, por Moreau de Jonnés, o estudo apresenta uma proposta geral para a organização da estatística nacional, devidamente adaptado às circunstâncias específicas do país (IBGE, 1939d: 76-123) .

A execução das tarefas de natureza estatística caberia a uma diretoria, que contaria com representantes nas diferentes províncias do país, e que trabalharia atentando para as dimensões administrativas, policial e eclesiástica. As investigações, bastante abrangentes, cobririam nove grandes temas: 1) território; 2) população; 3) agricultura; 4) indústria; 5) comércio; 6) navegação; 7) instrução; 8) governo; e 9) administração pública. Vale lembrar que, até então, os levantamentos de dados eram deduzidos ou baseados em informações apoiadas em registros de autoridades religiosas, ou ainda em censos provinciais de qualidade duvidosa.

Todavia, a proposta de Gomes não foi levada em consideração, e, decorridos oito anos da apresentação do seu trabalho, o Império ainda continuava sem poder dispor de estatísticas globais. Foi apenas em 1870 que o governo central decidiu não só criar um

órgão centralizador dos serviços estatísticos, como também proceder à contagem da população. As providências então adotadas constaram da Lei nº 1.829, de 9 de setembro daquele ano, que estabelecia a periodicidade decenal para a realização dos recenseamentos e a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE), subordinada ao Ministério e Secretaria do Estado e Negócios do Império. Ainda em 1870 efetuou-se o Censo do Município Neutro ou Município da Corte, onde se localizava a cidade do Rio de Janeiro, capital do país.

A realização decenal de censos demográficos fora uma das recomendações feitas no VIII Congresso Internacional de Estatística realizado em 1872 em São Petersburgo, na Rússia, sob o patrocínio do Instituto Internacional de Estatística. Ficaria a critério de cada país a escolha da época favorável, conforme já fora acordado no Congresso de Florença, ocorrido em 1867 (Mendonça, 1979: 19).

A DGE ganhou existência legal mediante o Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871, expedido pelo ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira. Primeiro instrumento coordenador das atividades ligadas aos levantamentos estatísticos do Brasil, a Diretoria tinha, entre outras atribuições, dirigir os trabalhos do censo em todo o Império, proceder ao recenseamento da população do Município Neutro, organizar anualmente quadros estatísticos de nascimentos, casamentos e óbitos, além de responder pela coordenação central e pela apuração dos dados recolhidos pelas repartições públicas existentes na época (Gonçalves, 1995: 11). O quadro dos funcionários efetivos da Repartição de Estatística era composto de um diretor, dois chefes de seção, dois oficiais, dois amanuenses, dois praticantes e um contínuo, além do pessoal extraordinário do recenseamento, que compreendia quatro chefes de seção, oito oficiais, oito amanuenses, oito praticantes e dois contínuos (Diretoria Geral de Estatística, 1922: 412).

Em 1º de agosto de 1872, tiveram início as operações do que pode ser considerado como o primeiro recenseamento da população brasileira. A organização político-administrativa do Brasil compreendia então 20 províncias e o Município Neutro. As províncias dividiam-se em municípios e estes em paróquias, divisão territorial eclesiástica vigente na época, em razão do regime de união entre a Igreja e o Estado (Azevedo, 1990: 23). Foram pesquisados itens como cor, sexo, se livre ou escravo, estado civil, nacionalidade, ocupação e religião.

O trabalho de preparação do Censo ficou a cargo de comissões censitárias integradas por autoridades públicas e personalidades locais, que tomavam a si a tarefa de divulgar o evento, principalmente por meio de comunicação escrita. Quanto à execução do inquérito, uma comissão composta de cinco moradores por cada paróquia se encarregava de realizá-lo. Não se admitia recusa de funcionários das repartições públicas quando indicados para trabalharem no Censo, obrigados, sob pena de multa, a aceitarem a tarefa.

Após a apuração, foram contabilizados 9.930.478 habitantes. Esse total foi corrigido em 1877, conforme relatório da Diretoria Geral de Estatística (Azevedo, 1990: 90-91), tendo-se chegado, nessa ocasião, a 10.112.061 habitantes, dos quais 5.224.551 homens e 4.887.510 mulheres.

Não obstante a introdução da prática censitária, o órgão criado para institucionalizá-la estava com sua vida condicionada ao caráter transitório das tarefas do censo. Assim, após a divulgação dos resultados do Recenseamento de 1872, a DGE foi desativada pela Lei nº 2.792, de 20 de outubro de 1877. Paralelamente, o artigo 17 da referida lei criou, no âmbito do Ministério dos Negócios da Fazenda, uma Diretoria Especial de Estatística (Senra, 2001: 3). Anos depois, mais precisamente em 17 de dezembro de 1881, o Decreto nº 8.341 (IBGE, 1939d: 343), em seu artigo 1º transferiu

as atribuições da extinta Diretoria Geral de Estatística a uma simples seção da Secretaria do Império. Assim dizia o texto legal:

> Art. 1º- Os serviços que, em virtude do art. 2º da Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870 e do Decreto nº 4. 676, de 14 de janeiro de 1871 estavam a cargo da Diretoria Geral de Estatística, serão executados na Secretaria dos Negócios do Império por uma seção anexada à 3ª Diretoria da dita Secretaria de Estado.

Dentro desse contexto de desmonte do pouco que se havia organizado em termos de serviços de estatística, não é de se estranhar que o Recenseamento previsto para 1880 tenha sido adiado para 1887. Todavia, neste último ano o recenseamento acabou não acontecendo.

1.2 Na Primeira República

1.2.1. A Diretoria Geral de Estatística e os Censos de 1890 e 1900

Embora a Lei nº 1.829 tivesse estabelecido a periodicidade decenal para a realização dos censos e não tivesse restringido as atribuições da Diretoria Geral de Estatística à execução do Censo de 1872, somente 18 anos depois, em 1890, já sob a República, efetuou-se o segundo censo populacional do país. A essa altura, a extinta DGE fora restaurada pelo Decreto nº 113-D, de 2 de janeiro de 1890, passando a integrar o organograma do Ministério do Interior. O novo governo, preocupado em organizar um levantamento estatístico bem mais detalhado do que o anterior, definiu melhor a competência do órgão censitário, dando-lhe a atribuição de “dirigir os trabalhos do recenseamento geral da população, segundo programa e os mapas que houvesse organizado, e dar-lhes publicidade” (IBGE, 1983: 13).

A apuração do Censo de 1890 foi extremamente morosa em virtude da eclosão da Revolta da Armada, na baía de Guanabara, e da Revolta Federalista do Rio Grande do Sul, movimentos armados que colocaram em cheque o recém-instalado regime republicano. Até o ano de 1898 os algarismos censitários ainda não haviam sido definitivamente divulgados. Um outro fator, este de ordem administrativa – a transferência da Diretoria Geral de Estatística da alçada do Ministério do Interior para a do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP) – também contribuiu para o atraso na publicação dos resultados. Somente em 1900, às vésperas do novo censo decenal, é que o titular do MIVOP, o engenheiro Alfredo Eugênio de Almeida Maia, divulgou o resultado do levantamento realizado nos primeiros dias do novo regime. O Censo de 1890 havia registrado um total de 14.333.915 habitantes, dos quais 7.237.932 eram do sexo masculino e 7.095.983, do feminino.

O terceiro censo ocorreu em 1900 e foi o primeiro realizado em cumprimento aos preceitos da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Segundo a primeira Carta republicana, os recenseamentos de população deveriam ser decenais, para efeito de definir a participação de cada estado na composição da Câmara dos Deputados. O número de deputados seria fixado em proporção que não excedesse de um por setenta mil habitantes.[1]

Para esse Censo, foram organizados os serviços de estatística comercial, que ficaram a cargo de um órgão especial, subordinado ao Ministério da Fazenda. Além da determinação de instalação de delegados e das comissões censitárias na Diretoria Geral de Estatística, adotaram-se três instrumentos para a coleta de dados: o Boletim Individual, a Carta de Família e a Carta Coletiva, que deveriam ser preenchidos por todos que estivessem na casa a ser recenseada na noite de 31 de dezembro de 1900 para

[1] Constituição da República Federativa do Brasil de 1891. Cap. II, Art. 28 e 29. www.presidencia.gov.br. acesso em 14/04/2005.

1º de janeiro de 1901, coincidindo com o momento da passagem do século XIX para o século XX.

O conteúdo do Boletim Individual abrangia quesitos como nome, sexo, filiação, naturalidade ou nacionalidade, idade, estado civil, se residente no distrito, se lia e escrevia, religião e profissão, se possuidor de defeito físico. A Carta de Família servia para indicar o nome dos componentes da família e sua relação com chefe da casa, ao passo que a Carta Coletiva era usada para indicar os residentes em domicílios coletivos.

Os resultados das apurações da cidade do Rio de Janeiro, publicados em 29 de janeiro de 1901, foram anulados devido à precariedade dos dados (IBGE, 1983: 15). Os resultados do Censo de 1900 foram publicados na *Sinopse do recenseamento de 1900*, divulgada em 1905. Suprindo-se por estimativa a população do Distrito Federal, foi computado um total de 17.318 556 habitantes (8.831 002 homens e 8.487.554 mulheres).

Em 1906, a Prefeitura do Distrito Federal promoveu um novo levantamento da população da capital do país, concluído em fevereiro de 1907 (Azevedo, 1990: 98-101). Seus resultados foram divulgados em volume especial elaborado pela DGE. Por conta disso, a população total do Brasil sofreu um ligeiro acréscimo, atingindo o total de 17.438.434 habitantes. Aos poucos, os recenseamentos ganhavam importância, na medida em que eram reconhecidos como subsídios para as ações governamentais.

1.2.2 A reorganização da DGE e a atuação de Bulhões Carvalho

No início do governo Afonso Pena, a DGE foi reestruturada pelo Decreto nº 6.628, de 5 de setembro de 1907 (*Revista Brasileira de Estatística*, 1947, n. 30-31, vol. 8: 546-634). O texto do decreto determinava, entre outras medidas, a revitalização do quadro de pessoal mediante o aproveitamento de técnicos de reconhecido valor nos

cargos de dirigentes, e a adoção do regime de concurso público para o ingresso nos postos iniciais e de acesso.

Nessa mesma ocasião, o órgão passou a ser dirigido pelo demógrafo sanitarista José Luiz Saião de Bulhões Carvalho.[2]

Uma das principais iniciativas de Bulhões Carvalho foi a criação, no âmbito da DGE, do Conselho Superior de Estatística, órgão consultivo composto de delegados de todos os estados, representantes do Congresso Nacional e membros de vários segmentos da sociedade. Presidido pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o Conselho teria por finalidade obter a máxima unidade de vistas no tocante às classificações, nomenclaturas e outros itens estatísticos, mediante a adoção de modelos idênticos para a coleta e a remessa de informações da mesma categoria. Os delegados estaduais procurariam obter dos respectivos governos informações uniformes no que dissessem respeito à divisão territorial e à administração, de acordo com os modelos estabelecidos pela Diretoria Geral de Estatística. Esse conjunto de dados conferiria unidade à produção das estatísticas nacionais (Pessoa, 1940: 91).

Contudo, a despeito dos esforços desenvolvidos, as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.628 não produziram os resultados esperados. Há que se registrar que o Conselho Superior de Estatística nunca se reuniu conforme fora previsto e o seu desempenho restringiu-se ao desempenho das atribuições consultivas. Bulhões Carvalho afastou-se da Diretoria Geral de Estatística em 1909, sendo substituído por Francisco Bernardino Rodrigues da Silva.

---

[2] José Luiz de Bulhões Carvalho nasceu no Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1866. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1888, ingressou no funcionalismo público em 1892. Antes de tornar-se diretor da DGE, exerceu os cargos de comissário da Inspetoria Geral de Higiene Pública (1892-1893) e médico-demógrafo do Instituto Sanitário Federal (1894-1895) e da Diretoria Geral de Saúde Pública. Em 16 de julho de 1938, foi-lhe formalmente atribuído, pela Resolução nº 70, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, o título de "Fundador da Estatística brasileira" (*Revista Brasileira de Estatística*, 1940, n. 1, vol. 1).

A primeira tarefa de Francisco Bernardino à frente da DGE foi planejar e organizar os trabalhos para a execução do terceiro censo decenal da República e o quarto da história do país, marcado para dezembro de 1910. No entanto, em virtude da escassez de recursos e da crise político-militar determinada pela eclosão da Revolta da Chibata,[3] os trabalhos foram suspensos antes mesmo do início da coleta dos dados. Este censo seria o primeiro a pesquisar as atividades econômicas do país, já que o seu regulamento previa uma investigação sumária desses elementos.

Durante a gestão de Francisco Bernardino, que durou pouco mais de cinco anos, teve início a investigação de um grande número de setores de pesquisa e foram divulgados vários repertórios numéricos, como os referentes à divisão territorial, aos registros da propriedade imóvel, às finanças públicas, à climatologia, à administração, à pecuária etc. Deve-se a Francisco Bernardino a admissão de pessoal do sexo feminino, como datilógrafas e apuradoras, nos serviços oficiais de estatística (Freitas, 1943: 530).

Ainda em 1910, pelo Decreto nº 8.330, de 31 de outubro, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, a Diretoria Geral de Estatística foi transferida para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. No ano seguinte, nos termos do Decreto nº 9. 106, de 16 de novembro, assinado pelo presidente Hermes da Fonseca, a repartição passou a chamar-se Diretoria de Serviço de Estatística. Essa denominação foi mantida até 1915, quando, mediante o Decreto nº 11.476, de 5 de fevereiro, assinado pelo presidente Wenceslau Braz, a repartição retomou seu nome original -

[3] A rebelião eclodiu no dia 22 de novembro de 1910, uma semana após a posse do marechal Hermes da Fonseca na presidência da República, e foi promovida por marinheiros da Esquadra brasileira contra os castigos e maus tratos a que eram submetidos pelos oficiais. Os rebeldes ameaçaram bombardear a cidade do Rio de Janeiro caso suas reivindicações não fossem atendidas. O movimento terminou no dia 10 de dezembro (Marras, 2004: 30).

Diretoria Geral de Estatística. Nesse mesmo ano, convidado pelo ministro Pandiá Calógeras, Bulhões Carvalho reassumiu a chefia da Diretoria, com a missão de iniciar o planejamento do que viria a ser o terceiro Recenseamento Geral da República.

1.2.3. O Censo de 1920

O Censo de 1920, cuja realização fora marcada para o dia 1º de setembro daquele ano, obedeceu a um planejamento – iniciativa direta de Bulhões Carvalho – que procurava dar conta de um universo mais amplo que os anteriores. Sua programação, além de incluir o levantamento demográfico de toda a população brasileira – mesmo aqueles que estavam ausentes do país, e os estrangeiros que residiam ou se achavam em trânsito no Brasil –, também investigava as atividades econômicas através dos Censos Agrícolas e Industrial.

Naquele momento, o país se ressentia de um período de duas décadas sem informações atualizadas sobre a população brasileira, bem como sobre as condições econômicas e sociais do país. Vale salientar que a escolha de intervalos decenais não era (nem é hoje) fortuita, decorrendo da conveniência de os recenseamentos serem efetuados com periodicidade certa, para que os resultados pudessem ser comparados a espaços de tempo determinados com as estatísticas contínuas, que são aquelas que não dependem das apurações dos censos, para serem testadas com maior segurança em função dos resultados censitários. Há, ainda, outras razões, ligadas às conveniências de comparabilidade internacional dos dados censitários, sobretudo nos setores sócio-econômicos.

Até 1920, os Recenseamentos Gerais no Brasil limitavam-se, quase que exclusivamente, à contagem da população, ou seja, ao aspecto demográfico. Em 1920, ensaiaram-se esquemas de mensuração de outros aspectos da realidade nacional, mas

ainda de maneira incompleta. Esse levantamento revestia-se de especial importância porque, entre outros motivos, a divulgação dos seus resultados deveria coincidir com as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, a realizar-se em 1922.

A propaganda censitária[4] lançou, pela primeira vez, mãos de recursos práticos e persuasivos, solicitando auxílio da imprensa, de todos os elementos capazes de exercer influência sobre a coletividade, bem como a adoção de um *slogan* sugestivo, expresso na indagação "Quanto somos"?

A Diretoria Geral de Estatística passou também a utilizar, a partir do Recenseamento de 1920, meios mecânicos na apuração, disponibilizando equipamentos Hollerith, encomendados nos Estados Unidos à Tabulating Machine Company, para os trabalhos de perfuração de cartões, conferência, separação e tabulação dos resultados. O objetivo era apressar a apuração e a divulgação dos dados censitários, à medida que tivessem a sua computação concluída. Esses equipamentos foram adquiridos por indicação de Valentim Bouças, que, a partir de 1917, se tornara representante da International Busines Machine (IBM) no Brasil (Dias, 2001: 745).

Os 18.179 recenseadores mobilizados nas operações do Censo de 1920 levantaram uma população de 30.635.605 habitantes para o conjunto do país. Assim, em quase 50 anos a população brasileira havia mais do que triplicado, uma vez que no Censo de 1872 tinham sido recenseados 10.112.061 habitantes.

[4] Para a realização de um censo, o trabalho de promoção e motivação da população, no sentido de participação e colaboração, é tarefa fundamental para assegurar o bom êxito da pesquisa. Para tal acontecimento, o trabalho de esclarecer as finalidades do levantamento e de realçar a sua importância é fundamental para a comunidade. Com esse fim, são usados todos os meios, como cartazes, folhetos, selos, carimbos, calendários, imprensa e, mais tarde, rádio, televisão etc. (Azevedo, 1990: 32).

1.2.4 As tentativas de racionalização das estatísticas nacionais nos anos 1920

À medida que as atividades econômicas do país tornavam-se mais complexas, era cada vez mais premente se conhecer a realidade nacional, de uma forma efetiva e científica. Assim, durante a década de 1920, houve algumas tentativas no Brasil com vistas a racionalizar as estatísticas nacionais. E foi nesses anos que Mário Augusto Teixeira de Freitas[5] começou a dar suas primeiras contribuições ao desenvolvimento da moderna estatística brasileira.

Em março de 1920, atendendo a convite de Bulhões Carvalho, assumiu o cargo de delegado geral do Recenseamento em Minas Gerais, exercendo-o até o ano seguinte. Nesse curto período, criou o primeiro serviço de estatística estadual tecnicamente organizado e em articulação com o órgão federal. Foi também nesse momento que teve oportunidade de ensaiar a aplicação, no campo da estatística, do sistema de cooperação inter-administrativa entre as esferas federal e estadual de governo. Ele também elaborou um eficiente sistema de gerenciamento de informações que cobria todos os municípios mineiros. Teve um grande trabalho para alocar os agentes de estatística que iriam participar do censo. A condição imposta aos agentes para receberem seus salários e terem seus trabalhos como concluídos era a elaboração de um mapa do município objeto de sua ação, o qual deveria conter as descrições de limites, bem como os principais pontos existentes e seu histórico completo.

O minucioso relatório que enviou a Bulhões Carvalho, sob o título *O Recenseamento de 1920 em Minas Gerais* (Freitas:1939), não apenas registrava as

[5] Mário Augusto Teixeira de Freitas nasceu em São Francisco do Conde, Bahia em 31 de março de 1890. Viveu sua infância e adolescência no Paraná, tendo feito o curso secundário no Seminário Diocesano do Paraná, em Curitiba. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, em 1908, ingressou por concurso na Diretoria Geral de Estatística. Três anos depois, formou-se em direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da capital federal. Na DGE, Teixeira de Freitas viria a promover numerosas pesquisas estatísticas, muitas ainda inéditas no país, realizando vários estudos com base nos levantamentos efetuados. Mais tarde, seria um dos principais responsáveis pela criação do IBGE (*Revista Brasileira de Estatística*, 1956, n. 65, vol. 17: 49-51; e IBGE, 1990: 13).

informações sobre os acontecimentos referentes à operação censitária, como apresentava observações, experiências e sugestões sobre problemas econômicos, sociais e políticos da realidade mineira. No terceiro capítulo do relatório – "Observações Especiais sobre a "Organização Estatística" –, Teixeira de Freitas deixava clara a importância que atribuía à colaboração entre as esferas de poder:

> A prática do recenseamento demonstrou cabalmente as vantagens que pode trazer aos serviços de estatística a estreita cooperação das três esferas administrativas – a federal, a estadual e a municipal. De fato, só a conjugação de recursos e a convergência de esforços e de vistas dela decorrente permitirão a montagem do complexo e oneroso aparelho que se faz mister, apto à atuação permanente, uniforme e direta na coleta das informações, e capaz de garantir a completa sistematização e coerência dos resultados.

Sua atuação como delegado do Recenseamento em Minas Gerais levou o governo estadual a convidá-lo para reformular a organização da estatística estadual, dando-lhe plena liberdade de atuação como diretor do Departamento Estadual de Estatística do Estado de Minas Gerais. Ele assumiu o cargo em 1922, nele permanecendo até 1930. Nesse contexto, teve a oportunidade de colaborar com Francisco Campos, secretário do Interior do governo Antônio Carlos (1926-1930) e responsável pela promoção de importantes reformas educacionais em Minas. No curso desses oito anos, Teixeira de Freitas lançou um número significativo de trabalhos, entre os quais o *Anuário estatístico do Estado*, o *Anuário demográfico*, o *Anuário de legislação e administração municipal*, o *Atlas corográfico municipal de Minas Gerais*, a *Carteira de estatística de Minas Gerais* e a *Divisão administrativa judiciária de Minas Gerais* (*Revista Brasileira de Estatística*, 1956, n. 65, vol. 17: 49-51).

Se, ao nível estadual, a contribuição de Teixeira de Freitas foi, sem dúvida, a mais importante, outras iniciativas devem ser registradas. Esse é o caso, por exemplo, do projeto de lei nº 152, apresentado em 1928, ao Congresso Nacional, pelo deputado mineiro Daniel de Carvalho, e subscrito por outros deputados, no sentido de racionalizar as estatísticas nacionais. O artigo 1º do referido projeto autorizava o governo federal a reformar a Diretoria Geral de Estatística, a qual responderia pela execução dos serviços de estatística no Brasil, tendo, entre outros objetivos, a promoção de acordos com os governos dos estados e dos municípios para a viabilização das estatísticas gerais do país (IBGE, 1939d: 41-43).

Por sua vez, Bulhões Carvalho, ainda à frente da Diretoria Geral de Estatística, não abandonara as idéias que trazia das suas experiências anteriores, e cujo eixo era a necessidade de cooperação técnico-administrativa entre a União e os estados, visando eliminar a dispersão reinante nas atividades estatísticas a cargo de diferentes órgãos. Esse pensamento foi claramente manifesto em conferência realizada em 1930, no Recife, já como parte da divulgação do Recenseamento de 1930, sob o título "A cooperação dos estados para o aperfeiçoamento da estatística nacional". Bulhões Carvalho defendia a cooperação como sendo a grande força propulsora e reguladora das investigações estatísticas no país (IBGE, 1939d: 31-37).

O V Recenseamento Geral do Brasil (e o IV da República) deveria realizar-se em 1930, de acordo com os dispositivos constitucionais que determinavam a periodicidade decenal para execução dos censos. Para isso, a Diretoria Geral de Estatística deu início, com a devida antecedência, aos trabalhos de planejamento, tomando as providências necessárias ao desenvolvimento da operação. Sob sua orientação, foi programada a Primeira Conferência Nacional de Estatística, a ser

realizada entre 12 e 20 de outubro de 1930. O programa da Conferência consagrava toda a sua parte geral à unificação da estatística brasileira.

Teixeira de Freitas deveria participar do evento, nele apresentando o estudo *Algumas novas diretrizes para o desenvolvimento da estatística brasileira* (IBGE, 1939c: 14-61). Seu novo trabalho era dedicado à reformulação do serviço estatístico nacional, contendo 33 teses com vistas à unificação e organização da estatística geral no país. Na introdução, Teixeira de Freitas argumentava que a triplicidade de ação das esferas administrativas na organização política do país ocasionava perdas e dispersão de esforços na execução do plano da estatística geral. Para minimizar esses problemas, propunha com urgência:

> 1) que os serviços de estatística geral, distribuídos pelos três graus de hierarquia administrativa que plasmam a organização política brasileira, limitem voluntariamente a autonomia de que à primeira vista deveriam desfrutar, procurando subordinar as respectivas atividades a um *modus vivendi* previamente assentado mediante acordos entre a União e os Estados e entre estes e os seus municípios, de tal sorte, por um lado, que as pesquisas diretas porventura efetuadas pelos municípios satisfaçam aos fins da estatística estadual e a esta dispense a repetição de inquéritos já realizados e, por outro lado, que as coletas estaduais se revistam daquelas condições que as possam tornar satisfatórias igualmente para o fim da estatística federal; 2) que as referidas repartições procurem agir junto aos órgãos especializados de estatística, existentes nas respectivas esferas de ação, de maneira que a atividade desses órgãos se adapte da melhor forma aos fins da estatística brasileira (Freitas,1990: 23).

Entretanto, a conferência acabou não acontecendo em virtude de uma sucessão de acontecimentos políticos que culminaram com a deposição do presidente Washington Luiz em outubro de 1930 e a tomada do poder por Getúlio Vargas.

1. 3 A estatística nos primeiros anos da Era Vargas

As preocupações com a situação da estatística no Brasil, observadas na década de 1920, não redundaram em nada de mais consistente e, desse modo, a década de 1930 encontra um país desconhecido do ponto de vista cartográfico e desencontrado no que diz respeito aos números produzidos pelos diferentes órgãos de estatística. Os documentos oficiais, de procedências diversas, apresentavam disparidades até mesmo em relação à superfície do país. Na República Velha, como bem observa Simon Schwartzman (1983: 165),

> a autonomia dos Estados, decorrentes do regime político federativo mal-interpretado, cerceava a ação racionalizadora da União Federal e impedia o êxito das iniciativas que visavam a estimular o aperfeiçoamento dos registros existentes e a assegurar a criação de novas fontes de informação sobre as condições do país que fossem mais interessantes para a orientação dos poderes públicos.

Os anos 1930 viriam a configurar o marco inicial de uma nova fase da evolução política, social e econômica do país. Uma das características mais destacadas era a emergência de um Estado forte, centralizador, em contraposição ao Estado liberal da Primeira República.

Getulio Vargas tomou posse na chefia do Governo Provisório em 3 de novembro de 1930. No dia 11, foi baixado o Decreto-lei nº 19.398, que dissolvia o Congresso Nacional, as câmaras estaduais e municipais e outros órgãos legislativos ou

deliberativos existentes no país. Esta situação excepcional deveria perdurar até a eleição de uma Assembléia Constituinte, que definiria uma nova organização constitucional para o país. Pelo mesmo instrumento, as funções e atribuições não só do Poder Executivo como também do Poder Legislativo ficavam concentradas nas mãos de Vargas.

O processo de centralização de poder no Estado se expressou, também, na preocupação em modernizar e unificar os instrumentos de informação estatística sobre as riquezas nacionais, a população e a estrutura das atividades econômicas do país. De acordo com Schwartzman (1983:181), "os trabalhos de cartografia e estudos correlatos não correspondiam aos interesses gerais da nossa cultura, nem atendiam, sequer às menores exigências".

A criação de duas novas pastas em novembro de 1930 – o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) –repercutiu diretamente na organização da estatística no Brasil. O MESP, criado no dia 14, pelo Decreto nº 19.402, integrava repartições existentes nas pastas da Justiça e Negócios Interiores, da Viação e Obras Públicas, e da Agricultura, Indústria e Comércio, e compreendia quatro departamentos nacionais: Ensino, Saúde Pública, Medicina Experimental e Assistência Pública (Wahrlich, 1983: 18-19). Ao nível de diretoria, o organograma do MESP compreendia a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, parte integrante da Secretaria de Estado.

O MTIC foi criado no dia 26, pelo Decreto nº 19.433, e organizado em 4 de fevereiro de 1931, pelo Decreto nº 19.667. A nova pasta foi constituída inicialmente por uma Secretaria de Estado e por cinco departamentos nacionais: Trabalho, Indústria, Comércio, Povoamento e Estatística (que incluía as estatísticas territorial, demográficas, econômicas, financeiras e sociais). Ainda em fevereiro, com a extinção da Diretoria de

Estatística Comercial, do Ministério da Fazenda, e da Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, o Departamento Nacional de Estatística do MTIC passou a responder pelos serviços até então prestados pelas duas diretorias extintas, em sucessão direta da Diretoria Geral de Estatística (Wahrlich, 1983: 12-15).

A criação desse departamento indicava o início de uma tendência fortemente centralizadora nos domínios da estatística federal. A ele era confiada – de acordo com o artigo 3º, do Decreto nº 19.670, também de 4 de fevereiro, que o regulamentava – "a atribuição de coligir todos os elementos e informes estatísticos de outras repartições congêneres, federais, estaduais e municipais, de modo que se facilite a publicação de anuários que compendiem todas as informações de interesse geral do país", bem como a direção das operações do recenseamento geral da população, da agricultura e das indústrias e a publicação dos resultados obtidos. Foi mais uma vez criado, pelo mesmo decreto, o Conselho Superior de Estatística, órgão colegiado, de naturezas consultivas, cuja finalidade seria assessorar o Departamento.

1.3.1 Teixeira de Freitas e os serviços de estatística no âmbito do MESP

No início de 1931, atendendo a convite de Francisco Campos, primeiro titular do Ministério da Educação e Saúde Pública e com quem havia trabalhado em Minas Gerais, Teixeira de Freitas tornou-se chefe da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação. Aliás, desde os tempos da antiga DGE, Teixeira de Freitas manifestava um interesse todo especial pelas questões educacionais, principalmente em relação às estatísticas nesse setor, "muito simplificadas e, por isso mesmo, incompletas" (Cunha, 1994: 56).

A educação, principalmente o ensino primário, era uma das maiores preocupações do governo recém-instalado e deveria ser um dos instrumentos de

construção da nacionalidade brasileira.[6] Ao criar o Ministério da Educação e Saúde Pública, o Governo Provisório conferia poderes à União para exercer sua tutela sobre os vários domínios do

ensino no país, inclusive no ensino primário. Buscava-se, então, adaptar a educação a diretrizes que, notadamente a partir daí, se definiam tanto no campo político quanto no educacional.

Estatística e educação vinham sendo objeto de discussão entre técnicos estatísticos e educadores, e numerosos conceitos foram por eles emitidos em torno desse assunto. Segundo Lourenço Filho (1940: 73), "como fenômeno coletivo, a educação só poderia ser observada, descrita e definida com os recursos da estatística". A Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, responsável pelas estatísticas do ensino, empreendeu então uma reforma geral nos métodos até então aplicados na organização daquelas estatísticas.

Aproveitando a oportunidade de haver sido convocada a IV Conferência Nacional de Educação, Teixeira de Freitas entrou em entendimentos com a Associação Brasileira de Educação (ABE), promotora daquela reunião. Sua intenção era firmar um convênio entre a União e as unidades políticas do país (estados, Distrito Federal e território do Acre), visando à uniformização e à elaboração em comum das estatísticas do ensino. A ocasião seria propícia, pois os governos estaduais estariam representados no evento por delegados investidos de poderes para assinar compromissos em seus nomes. Pelo Decreto nº 20.772, de 11 de dezembro de 1931, foi autorizada a

[6] No Brasil, a educação dita primária sempre foi, e isso não mudou nem mesmo no Estado Novo, da alçada dos governos municipais e estaduais, estes últimos também responsáveis pelo ensino secundário. A responsabilidade do governo federal deu-se sempre em relação à educação de nível superior. Assim, para fazer-se presente também naquelas duas esferas de ensino, o governo federal tinha que estabelecer pactos inter-administrativos junto aos estados e municípios, montando estratégias de trabalho conjuntas, discutindo currículos etc.

convocação dos governos das unidades federadas para a Conferência, na qual seriam postos em discussão os termos do convênio a ser firmado entre elas e a União.

Patrocinada pelo governo federal e organizada pela ABE, a IV Conferência de Educação aconteceu no Rio de Janeiro em dezembro de 1931, e tinha como tema geral "As grandes diretrizes da educação popular", e mais seis temas especiais, entre os quais "As estatísticas escolares de forma padronizada", sugerida por Teixeira de Freitas. O debate deste tema foi organizado mediante a elaboração das seguintes perguntas:

> - Como se devem constituir os padrões brasileiros para as estatísticas do ensino, tanto particular como oficial, em todos os seus ramos?
> - Que registros devem ser criados, em que moldes e em que condições de compreensão, veracidade e rapidez?
> - Que bases são aconselháveis para um convênio entre a União e as unidades políticas do país, a fim de que as nossas estatísticas escolares se organizem e se divulguem, com a necessária oportunidade, e perfeita uniformidade de modelos e resultados, em publicação de detalhe e de conjunto, ficando aquelas a cargo dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, e cabendo as segundas à iniciativa federal? (Lourenço Filho, 1994: 25)

A sessão inaugural da conferência foi realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e prestigiada pelas presenças do ministro Francisco Campos e de Getúlio Vargas. Em seu discurso, o chefe do Governo Provisório expressou claramente a importância que atribuía à dimensão nacional da educação:

> Buscai por todos os meios a fórmula feliz que venha estabelecer em todo o nosso grande território a unidade da educação

> nacional, por que tereis assim contribuído, com esforço maior do que poderia avaliar, para tornar mais fortes, mais vivos e duradouros os vínculos da solidariedade nacional (IBGE, 1941: 281).

As teses apresentadas pelos técnicos do Ministério da Educação e Saúde Pública foram submetidas a amplos debates no plenário da conferência e depois em reuniões efetuadas pelos delegados dos governos estaduais e do governo federal. O anteprojeto do convênio foi discutido artigo por artigo, tendo sido oferecidas sugestões e aconselhada a supressão de algumas medidas previstas no texto original, levando-se em consideração as necessidades e peculiaridades de cada unidade da federação. Dos debates travados durante a IV Conferência teve origem o convênio, contendo 27 cláusulas (IBGE, 1930d: 8-26) e envolvendo a União, os estados, o Distrito Federal e o território do Acre. Seu objetivo

> era uniformizar e coordenar todos os trabalhos oficiais de estatística educacional e conexa, de modo que seja possível conhecer e divulgar rapidamente, com segurança, as condições gerais do Brasil, de cada Estado, do Distrito Federal e do Território do Acre, em um determinado ano, quanto a todos os ramos de ensino, bem como os vários aspectos apreciáveis do aperfeiçoamento da educação e cultura nacional.

Em linhas gerais, caberia à União, por intermédio da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, o levantamento da estatística do ensino profissional (especializado ou não, em todos os graus e categorias) e do ensino geral. Depois que o convênio fosse ratificado, as repartições designadas pelos governos estaduais seriam responsáveis pela organização do ensino geral pré-primário, primário e

complementar. Outra medida prevista foi a criação de um registro obrigatório dos estabelecimentos de ensino, mediante o qual poderiam ser acompanhados o aparecimento e o desaparecimento dessas instituições.

O convênio estabelecia ainda, como assuntos a serem pesquisados, a organização administrativa do sistema educacional, o efetivo dos estabelecimentos de ensino e o respectivo aparelhamento e o movimento didático. Os boletins de coleta seriam organizados uniformemente para todos os estados e posteriormente distribuídos pelo órgão federal. Cabe ressaltar que, para a organização dos inquéritos padronizados, foram levadas em conta as recomendações técnicas a que chegara Oziel Bordeaux Rêgo[7], em seu estudo sobre a matéria, e as do Instituto Internacional de Estatística e do Instituto de Cooperação Intelectual, órgãos vinculados à Sociedade das Nações.

Em seguida, ainda atendendo às recomendações dos citados organismos internacionais, foi determinado que a repartição federal promovesse, com a cooperação das repartições regionais, a elaboração das estatísticas relacionadas com todos os aspectos da cultura nacional, os quais foram minuciosamente especificados. O convênio também fixava o limite dentro do qual seriam elaboradas e divulgadas as estatísticas. Das publicações deveriam constar análises e comparações internacionais. Quanto à distribuição no estrangeiro, as estatísticas já seriam apresentadas com as adaptações aos modelos fixados pelo Instituto Internacional de Estatística. Em relação às repartições regionais, determinavam-se as mesmas condições para sua publicação, com discriminação por distritos e municípios, e propunha-se o intercâmbio de dados, informações e estudos sobre o movimento educacional e cultural entre as repartições interessadas.

[7] Bordeaux Rego, chefe de Seção da Repartição de Estatística, foi o autor do "Parecer sobre a reforma da antiga Diretoria Geral de Estatística", apresentado em setembro de 1910 ao diretor geral daquela repartição, e responsável pela organização da primeira estatística da instrução pública que se publicou no país (IBGE, 1939d: 7).

Estava ainda previsto que os primeiros trabalhos a serem executados sob as diretrizes do Convênio seriam relativos ao ano de 1932. Outra recomendação dizia respeito à utilização de funcionários de qualquer das repartições encarregadas de executar o convênio, sempre que se fizesse necessária a coleta de dados para o levantamento das estatísticas educacionais. Os entendimentos da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação com cada uma das repartições regionais, executoras das estatísticas, deveriam ser feitos por meio de correspondência postal ou telegráfica, para qual se promoveriam as facilidades previstas em lei, e por intermédio de representantes do MESP. Atribuía-se, ainda, à referida Diretoria o encargo de auxiliar as repartições regionais nos trabalhos de apuração com pessoal especializado e aparelhamento necessário.

O governo federal deveria elaborar leis, decretos e atos que facilitassem a ação dos governos estaduais no cumprimento dos compromissos assumidos. Essa legislação também conteria o estabelecimento de penalidades a serem aplicadas aos estabelecimentos ou pessoas que negassem informações ou dificultassem os trabalhos para a organização das estatísticas. O documento foi publicado no *Diário Oficial* de 23 e 26 de dezembro de 1931.

Sendo positivo o resultado dessa primeira experiência, abria-se, assim, a possibilidade de a racionalização da estatística brasileira da área educacional-cultural ser estendida aos demais setores da vida nacional, mediante a fórmula de mútuo entendimento.

1.3.2 Teixeira de Freitas e a ampliação dos serviços estatísticos

Paralelamente a essa iniciativa no campo da educação e da cultura, Teixeira de Freitas foi formalmente contratado por Heitor Elói Alvim Pessoa, diretor da 1ª seção da

Diretoria de Estatística do Ministério da Educação, através de exposição de motivos datada de 22 de maio de 1931 (IBGE, 1939d: 43-46). O documento sugeria a promulgação de uma "lei de estatística" que proporcionasse "os requisitos essenciais: integridade, atualidade, uniformidade e sistematização" à estatística brasileira. Nas primeiras linhas dessa exposição, Alvim Pessoa afirma:

> Nunca a necessidade de boas estatísticas se faz sentir com tanta veemência como nos momentos de crise em que se torna mister elucidar os especialistas chamados a cooperar com a sua experiência na solução dos grandes problemas de que depende o surto normal da nacionalidade. As comissões de técnicos e as sumidades estrangeiras, que aportam ao país para prestar aos nossos administradores o auxílio de suas luzes, procuram logo documentar-se sobre a realidade brasileira, com o natural objetivo de firmar em sólidas bases as sugestões que lhes são pedidas e, infelizmente, na falta, de registros sistemáticos que serviram de fonte a esses subsídios, apela-se para o recurso precário das compilações de emergência, das estimativas apressadas e das perigosas improvisações.

Endossando a sugestão de Alvim Pessoa, Teixeira de Freitas encaminhou correspondência, datada de 31 de julho de 1931 (IBGE, 1939d: 46-47), ao ministro Francisco Campos, pedindo a atenção do Governo Provisório para a matéria. No documento, ele destacava as três condições indispensáveis à consecução daqueles objetivos:

> a obrigatoriedade da prestação regular de informe ao poder público, a criação de adequados registros permanentes dos fatos a perquirir, e (...) a instituição ou ampliação, a diferenciação e a cooperação, prescritas em caráter obrigatório, das atividades

> investigadoras, com finalidade estatística da União, dos Estados e dos Municípios.

Teixeira de Freitas sugeriu ao ministro "a decretação do estatuto orgânico da estatística brasileira". Sua principal preocupação era criar um sistema que retratasse o Brasil, não apenas no que concerne à educação e à cultura, mas também em todos os campos de atividade social, por meio de informações confiáveis e autorizadas.

Assim, o mesmo pensamento que inspirara o plano do convênio das estatísticas educacionais, realizado em 1931, motivou Teixeira de Freitas a elaborar, ainda em 1931, um projeto de racionalização de toda a estatística brasileira, mediante a criação de um Instituto Nacional de Estatística e Cartografia. Submetido à consideração do ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, a idéia não prosperou, por não encontrar apoio dos especialistas quanto à instituição do sistema geográfico, mesmo que limitado aos serviços de cartografia territorial. Vale lembrar que, naquela época, "a reflexão geográfica no Brasil era incipiente e a pesquisa praticamente inexistente" (Ferreira, 1999: 296). No entanto, a falta de apoio não impediu que a causa fosse ganhando terreno.

Em 5 de fevereiro de 1932, atendendo à solicitação de Francisco Campos e do ministro da Agricultura, Juarez Távora, Teixeira de Freitas apresentou anteprojeto de lei visando a integrar os serviços de estatística no país. Na introdução do texto, relata a situação de desordem em que se encontravam os serviços de estatística no país:

> O Brasil, lamentavelmente, ainda é um país que ignora quase tudo de si mesmo. Os dados com que se possa caracterizar qualquer aspecto da vida nacional, ou não existem, ou são difíceis de encontrar, ou se acham elaborados fragmentária e lacunosamente, ou são antiquados, ou se contradizem, quando

> não se distanciam visivelmente da realidade. E as indicações sintéticas das condições existenciais do país, que todos os povos cultos mantêm sempre em dia, nos seus mapas geográficos, físicos e políticos, e nos seus Anuários estatísticos, o Brasil praticamente não as possui, porque só se podem assinalar neste particular, entre nós, tentativas insuficientes e sem a desejável continuidade e perfectibilidade. Como documentos oficiais, de fato, só possuímos em matéria de cartografia o deficientíssimo mapa do centenário, já velho de 10 anos, e pelo que toca à estatística, o primeiro e único Anuário Estatístico é de 1912, isto é, um documento atrasado de 20 anos (IBGE, 1939d: 48).

Mostrando-se receptivo às ponderações de Teixeira de Freitas, Juarez Távora constituiu, em 1933, uma comissão interministerial incumbida de propor a reorganização do aparelhamento estatístico nacional (Silva, 1939: 165). A referida comissão era presidida por Léo de Affonseca, diretor geral do Departamento Nacional de Estatística, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo o próprio Teixeira de Freitas, na condição de diretor geral de Informações, Estatística e Divulgação e de representante do Ministério da Educação e Saúde Pública, como secretário geral e relator.[8] Em discurso por ocasião da primeira reunião, realizada em 28 de julho daquele ano, Juarez Távora declarou que

> (...) os poucos meses em que se encontrava à frente do Ministério da Agricultura o haviam convencido da impossibilidade de se levar a cabo uma boa administração sem o auxílio de um órgão capaz de prestar, a qualquer momento, esclarecimentos sobre a exata situação de cada serviço

[8] A comissão era integrada ainda pelos representantes dos ministérios da Fazenda, Antônio Eustáquio Coelho, da Viação e Obras Públicas, Manuel Luiz Martins, da Justiça, Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa, da Guerra, Vitor Ortiz Geolás, da Marinha, Manuel Pinto Ribeiro Espíndola, das Relações Exteriores Arno Konder, e da Agricultura, Alfeu Diniz Gonçalves (Silva, 1939: 172).

> subordinado e de cada problema proposto, isto é, sem uma eficiente organização da estatística.

Tendo como base de análise o anteprojeto de criação do Instituto de Estatística e Cartografia encaminhado por Teixeira de Freitas, a comissão, ao fim de 16 reuniões (a última ocorreu em 26 de outubro de 1933), entregou seus trabalhos a Juarez Távora. Três pontos essenciais foram levados em consideração no anteprojeto entregue pela Comissão Interministerial:

1º) a criação de um sistema estatístico harmonioso, no interior do qual poderiam se articular, por meio de vinculação voluntária e contratual, todas as atividades estatísticas de natureza pública (federal, estadual e municipal) e particular;

2º) a instituição, pela União, de um forte organismo central comandando todo o sistema;

3º) a existência de um regime que oferecesse vantagens e garantias aos órgãos que desejassem filiar-se, obtendo-se, assim, a mais ampla integração possível.

O sistema de federação dos órgãos estatísticos seria composto pelas repartições centrais, pelas instituições filiadas e pelo Conselho Superior de Estatística, órgão de cúpula que atuaria em todo o sistema nacional, com a responsabilidade de fornecer orientação técnica e de direção dos órgãos colegiados, auxiliado pelos conselhos regionais.

As repartições centrais, integrantes do plano federal na organização proposta, compreenderiam quatro diretorias, no âmbito federal, que lidavam com a questão estatística. A Diretoria de Estatística Geral, que compunha o organograma do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tinha por atribuição elaborar as estatísticas populacionais, morais, administrativas e políticas, e coordenar a estatística geral da República. A Diretoria de Estatística e Estudos Econômico-Financeiros, subordinada ao

Ministério da Fazenda, era incumbida das estatísticas comerciais (comércio exterior, comércio interestadual, comércio bancário e o monetário) e das estatísticas financeiras da União, dos estados e dos municípios. Na pasta da Agricultura, a Diretoria de Estatística e Publicidade tinha por incumbência reunir toda documentação sobre o território nacional fornecidas pelas repartições federais, estaduais, municipais e por instituições particulares. E, finalmente, no Ministério da Educação e Saúde Pública, cabia à Diretoria de Informações Estatísticas e Divulgação proceder aos levantamentos nas esferas educacional, cultural e médico-sanitária.[9]

As instituições filiadas compreenderiam os demais órgãos estatísticos federais, estaduais ou territoriais, incluindo as simples agências municipais dedicadas ao levantamento da estatística. O Anexo 1 – "Direção estrutural" – apresenta uma visualização gráfica do anteprojeto do INE.

Não foi levada em consideração a parte referente à cartografia, pois a Comissão julgara inoportuna sua inclusão naquele momento, devido às reações dos ministros da Educação e Saúde Pública, Washington Pires, e da Fazenda, Osvaldo Aranha, que se manifestaram contra a transformação do anteprojeto em lei (*Revista Brasileira de Geografia*, n. 1: 13). Aranha censurou a criação do Instituto Nacional de Estatística nas bases que propunha o anteprojeto, sublinhando, particularmente, as implicações que acarretariam um empreendimento de tamanho vulto, principalmente quanto à questão estabelecida no artigo 35 do anteprojeto, o qual mencionava que

> para fazer face, neste exercício, às despesas necessárias ao cumprimento no que dispõe o presente decreto, será aberto um crédito especial de 200:000$000, cuja distribuição e aplicação serão promovidas pelo Presidente do Instituto, segundo o que

[9] Protocolo nº 00007/33. Anexo ao anteprojeto de criação do Instituto Nacional de Estatística, 1933. 19 f.

> deliberar a Junta Executiva do Conselho Superior de Estatística.[10]

Esse dispositivo lembrava Aranha, contrariava frontalmente uma das providências que vinha sendo adotada no intuito de restabelecer o equilíbrio orçamentário, ou seja, a restrição de abertura de novas contas.[11]

Ficava patente, portanto, a necessidade de, no pano político-administrativo, o processo de ampliação e aperfeiçoamento dos serviços estatísticos do país encontrar ampla receptividade junto às autoridades federais e aos governos estaduais. Na realidade, a viabilização do projeto de Teixeira de Freitas só ocorreu por meio de justificativa apresentada em parecer de Juarez Távora ao chefe de Governo Provisório. Depois de alertar que as objeções surgidas poderiam "impedir a criação do Instituto Nacional de Estatística", o titular da pasta da Agricultura lembrava que o Brasil era, em todo o continente americano, o país que oferecia "o índice mais expressivo da desorganização e incapacidade para se organizar, pois é o único que não publica o respectivo anuário estatístico, colocando-se nesse ponto em situação inferior ao Chile, Uruguai, Cuba, Costa Rica, Panamá e Venezuela" (Penha, 1993: 70).

Com base no parecer de Távora, o governo se mobilizou para a estruturação do novo órgão. O Decreto nº 24.600, de 6 de julho de 1934, assinado por Getulio Vargas, extinguiu o Departamento Nacional de Estatística e criou o Departamento de Estatística e Publicidade.

---

[10] Protocolo nº 00007/33. Anteprojeto de criação do Instituto Nacional de Estatística. 1933, p. 24.
[11] Correspondência do Ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, Prot. 00005/1933.

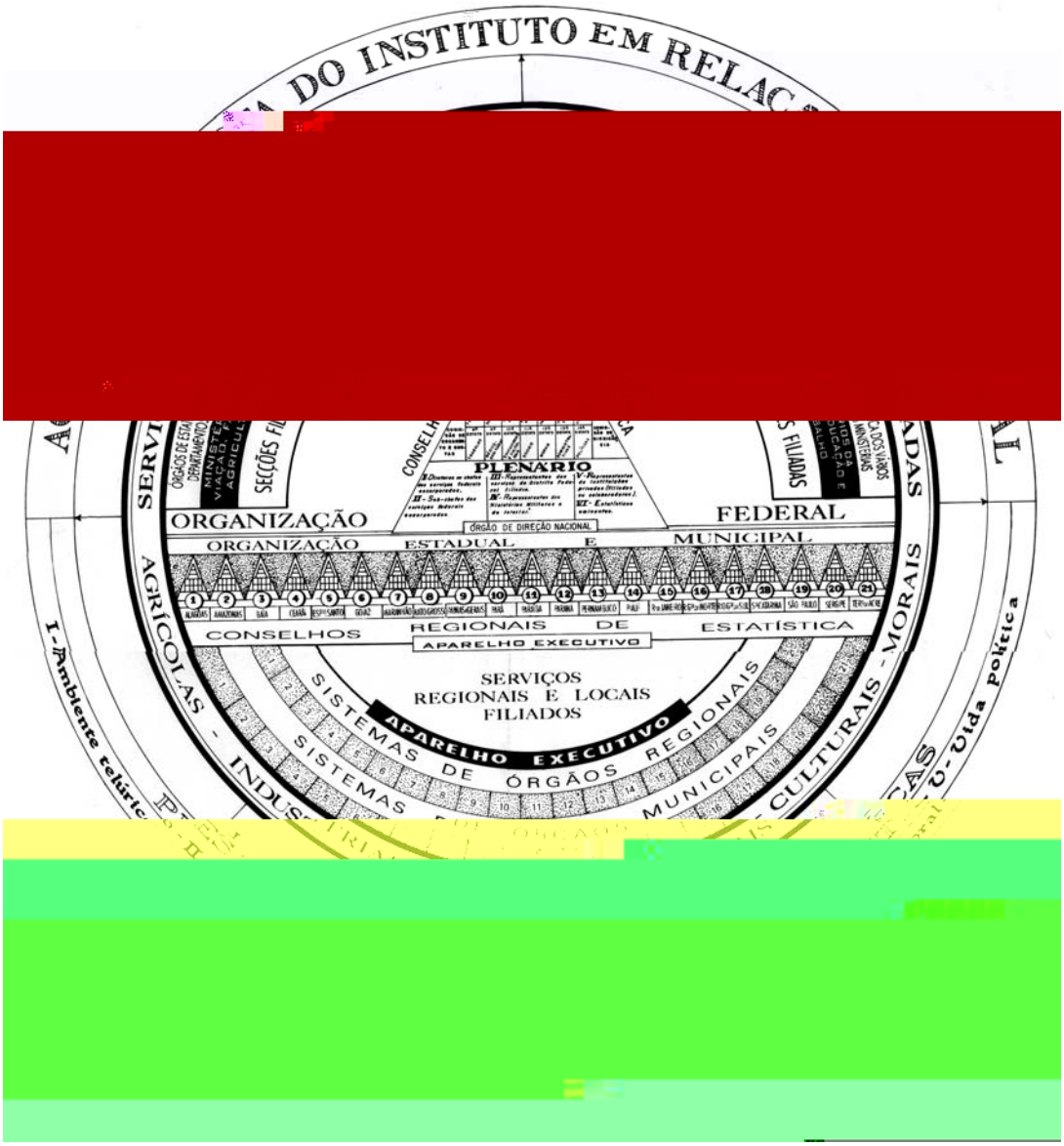
Pelo mesmo ato legal, os encargos até então afetos ao referido Departamento, passaram à jurisdição dos ministérios da Fazenda, da Justiça e da Agricultura, de acordo com as atribuições desses ministérios. Segundo Pessoa (1940: 96), o Decreto nº 24.600,

> consagrou o regime de relativa descentralização da estatística federal, sem entretanto, ter em vista a desagregação, que seria a conseqüência desse decreto sem a articulação que veio imprimir ao trabalho de cada um dos serviços desmembrados do Departamento Nacional de Estatística, o Instituto Nacional de Estatística.

Já na avaliação de Corrêa Filho (1962:164), "triunfara o princípio, mas a prática ainda se apresentava deficiente, pois as repartições centrais do Ministério da Fazenda, do Trabalho, da Justiça, da Agricultura e outras (...) continuaram desarticuladas à margem da reforma". Na sua opinião, "o remédio procurado estaria na efetivação do Instituto Nacional de Estatística".

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

DIREÇÃO, ESTRUTURA E ATIVIDADES



CAPÍTULO 2 - A organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e seus antecedentes imediatos

2.1 A criação e a atuação do Instituto Nacional de Estatística

O Instituto Nacional de Estatística foi finalmente criado em 6 de julho de 1934, por intermédio do Decreto nº 24.609. Os objetivos centrais da nova instituição constavam do artigo 1º do referido decreto:

> Fica criado o Instituto Nacional de Estatística, como entidade de natureza federativa, tendo por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover [...] o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais (IBGE, 1947: 5).

Em suas linhas gerais, o Decreto nº 24.609 seguia a mesma orientação prevista para o Instituto no anteprojeto de outubro de 1933. Assim, o INE seria constituído por duas categorias de entidades: as repartições centrais e as instituições filiadas. As primeiras incluiriam a Diretoria de Estatística Geral (Ministério da Justiça), a Diretoria de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), o Departamento de Estatística e Publicidade (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), a Diretoria de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação (Ministério da Educação e Saúde Pública).

Já as segundas comportariam, ao nível federal, o serviço dos censos nacionais – demográfico e econômico, a ser organizado (Ministério da Justiça), o serviço especializado de estatística atuarial (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), os serviços de estatística do Departamento dos Correios e Telégrafos, da Inspetoria Federal das Estradas, do Departamento Nacional de Portos e Navegação e do Departamento de

Aviação Civil (Ministério da Viação e Obras Públicas) e "quaisquer outros serviços de estatística já existentes ou que venham a existir na administração federal, excetuados os de fins privativos dos Ministérios da Guerra e da Marinha" (IBGE, 1947:6).

No plano estadual, as instituições filiadas compreenderiam "as repartições ou dependências de repartições [...] que se ocuparem exclusiva ou principalmente de elaborações estatísticas", enquanto no plano municipal, diriam respeito às "organizações ou mesmo simples agências [...] especialmente dedicadas ao levantamento da estatística geral das respectivas circunscrições comunais". Finalmente, as instituições filiadas abrangeriam, na órbita da iniciativa particular, "os departamentos mantidos por empresas ou associações quaisquer para fins de levantamentos estatísticos de reconhecida utilidade pública" (IBGE, 1947:7).

A efetiva instalação do Instituto Nacional de Estatística, contudo, só veio a ocorrer em 29 de maio de 1936,[12] sob a presidência de José Carlos de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores e seu primeiro presidente. Falando em nome dos estatísticos brasileiros na cerimônia de instalação, Teixeira de Freitas fez questão de frisar que

> O Instituto que se acaba de instalar [...] não é uma organização improvisada, de emergência ou de simples encenação. Não são efêmeros os seus propósitos, não é artificial a sua estrutura, não são unilaterais nem pessoais os pontos de vista que ele consubstancia. [...] ele representa a etapa final de formação e unificação da estatística brasileira, logicamente decorrente dos imprevistos da vida nacional fielmente interpretados e obedecidos. E porque exprima assim o sistema definitivo que a Nação encontrou para integrar a evolução normal dos seus

[12] O transcurso de cerca de dois anos para a implantação do INE levanta questões que não foi possível examinar de perto: que interesses a efetiva atuação de um órgão como o INE contrariava? De onde provinham as reações políticas contrárias à existência da instituição?

> serviços estatísticos, base da administração pública e mesmo das próprias atividades privadas, não é o Instituto somente uma criação que permanecerá, senão também que se expandirá com vitalidade poderosa. Porque as suas raízes se encontram nas raízes mesmas da formação nacional, histórica e geograficamente falando, e o seu dinamismo tão entrelaçado está, alternadamente como causa e efeito, com as próprias fontes da vida da Nação (IBGE, 1939d: 158-159).

Funcionando no Palácio do Catete, junto à Secretaria da Presidência da República, o órgão se tornou o ponto de interseção das agências municipais de estatística, montadas a partir de 1934 e inauguradas em 1936, que se estendiam por todo o Brasil. Assim, não se instituiu uma única repartição federal, mas um conjunto nacional de repartições, visando, em regime de colaboração mútua, a dotar o país de estatísticas confiáveis, indispensáveis às ações governamentais nas três esferas da administração pública – federal, estadual e municipal. Essas agências, de início custeadas pelos poderes municipais e subordinadas aos departamentos estaduais de estatística, deveriam atuar como importantes e indispensáveis colaboradoras dos órgãos regionais e nacionais na execução dos inquéritos estatísticos.

Fazia-se necessário, pois, para que os serviços estatísticos regionais se integrassem no sistema recém-criado o livre consentimento dos governos estaduais, conforme previsto no artigo 9º da Constituição de 1934, que facultava à União e aos estados celebrar acordos para melhor coordenação e desenvolvimento dos respectivos serviços, bem como para uniformização de leis, regras ou práticas.

Como o art. 3º, § 3º do Decreto nº 24.609 previa a celebração de uma convenção nacional de estatística, entre a União, por um lado, e os estados, territórios e municípios, por outro, o Instituto resolveu convocá-la. Essa iniciativa – voltada para a

efetiva filiação ao órgão, dos estados, territórios, municípios e entidades privadas – foi tomada no dia 1º de julho de 1936. O Decreto nº 946, de 7 de julho de 1936 (IBGE, 1947: 16-24), regulou a celebração do pacto. José Carlos de Macedo Soares, em nome do governo federal, fez os respectivos convites aos governos dos estados, do Distrito Federal e do território do Acre.

A convenção foi solenemente instalada no salão de Conferências do Palácio do Itamarati, no Rio de Janeiro, no dia 27 de julho. A cerimônia contou com a presença do presidente Getúlio Vargas. A Convenção Nacional de Estatística, aprovada e ratificada pelo Decreto nº 1022, de 11 de agosto de 1936 (IBGE, 1947: 25-54), constava de 32 cláusulas e tinha como finalidades principais

> aprovar as bases da constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística e assentar as medidas necessárias à integração do quadro federativo do Instituto Nacional de Estatística, atendendo à conveniência da coordenação e da uniformização da estatística brasileira, de modo que seja a mesma elaborada dentro das normas constitucionais vigentes, num regime de cooperação e divisão racional de trabalho e de recursos entre as esferas administrativas.

A delegação federal era constituída por José Carlos de Macedo Soares, na condição de presidente do INE e pelos diretores dos diversos órgãos estatísticos, abrigados nos diferentes ministérios. Assim, ao lado de Mário Augusto Teixeira de Freitas, chefe da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública, alinhavam-se Heitor Bracet, chefe da Diretoria de Estatística Geral do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Léo de Affonseca, chefe da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda; Luiz Joaquim da Costa Leite, encarregado do Departamento de Estatística e Publicidade, do

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Rafael da Silva Xavier, chefe da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura; e Joaquim Licínio de Souza Almeida, presidente da Comissão de Estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas (IBGE, 1947: 26).[13] Entre os delegados das chamadas Unidades Regionais, ou seja, os representantes dos governos estaduais, destacavam-se os nomes de José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, representante do Maranhão, Israel Pinheiro (Minas Gerais), Raul Pila (Rio Grande do Sul) e Luiz de Toledo Pisa Sobrinho (São Paulo) (IBGE, 1947: 27).[14]

Entre as diversas cláusulas da Convenção de 1936, merecem destaque as que determinavam que os governos estaduais se comprometessem a integrar no Instituto todos os seus serviços de estatística, já organizados ou que viessem a ser organizado. Estabelecia-se também que fosse movimentado, a cada ano, a partir de 1937, para fins de coleta estatística, um corpo de agentes itinerantes para orientar os agentes municipais de estatística, controlar as informações colhidas pelos agentes, realizar propaganda dos serviços estatísticos e efetuar as pesquisas de caráter técnico que não estivessem ao alcance dos agentes municipais (IBGE, 1947: 34).

Por meio da cláusula XIII, garantia-se o compromisso de que os governos signatários assumissem, e depois confirmassem por lei, a organização dos trabalhos na área de cartografia:

> Os Governos Federados, pelo órgão dos serviços técnicos competentes, sejam de engenharia em geral, sejam os especializados de geografia ou cartografia, filiados ou não ao

[13] A delegação federal era ainda constituída pelo tenente-coronel Custódio dos Reis Príncipe Júnior, representando o Ministério da Guerra, pelo comandante Manuel Ribeiro Espíndola, do Ministério da Marinha, pelo cônsul Paulo Vidal, do Ministério das Relações Exteriores, e pelo desembargador Alberto Diniz, representando o território do Acre.

[14] Para uma lista completa dos representantes das administrações estaduais, em sua grande maioria secretários de governo, sobretudo da pasta da Agricultura, ver IBGE (1947: 26-27).

> Instituto, colaborarão nos trabalhos de cartografia geográfica necessários à estatística e centralizada, para fins de síntese nacional, na Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, segundo processos gerais aprovados pelo Conselho Nacional de Estatística. Com esse objetivo serão tomadas medidas que assegurem a organização para serem divulgadas nos anos de milésimo nove e quatro (precedentes aos censos gerais ou regionais), de cartas físicas e políticas do território estadual, das quais conste a divisão municipal e, si possível, também a distrital, bem como as demais ordens de circunscrições administrativas e judiciárias. Aos municípios, os mesmos serviços formularão, ainda, as sugestões convenientes e prestarão a assistência técnica necessária para que se façam levantar ou rever, com a perfeição possível, os mapas dos respectivos territórios (IBGE, 1947: 36-37).

Resumindo, os governos estaduais deveriam colaborar nos trabalhos de cartografia geográfica necessários à estatística, os quais se achavam centralizados na Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, por intermédio dos órgãos dos serviços técnicos competentes.

As cláusulas XIV e XV inspiravam-se também, evidentemente, na racionalização de certos critérios que interessavam de perto à geografia política do país. Cabia aos governos estaduais organizar e publicar anualmente os respectivos Anuários Estatísticos, sempre de acordo com as orientações emanadas do Instituto Nacional de Estatística.

Nos termos da Convenção e segundo as bases por ele fixadas, o governo federal baixou o Decreto nº 1.200 (IBGE, 1947: 46-54), de 17 de novembro de 1936, que regulou a constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística (CNE), entidade destinada à orientação e à direção superiores das atividades do Instituto

Nacional de Estatística. Ficava assegurado que o Conselho Nacional de Estatística teria a mais ampla autonomia de ação técnica e administrativa, e que sua composição estaria assentada em duas ordens de entidades fundamentais: as organizações federais, compostas pelas diretorias de estatísticas dos ministérios, e as organizações regionais ou estaduais (órgãos centralizadores dos serviços estatísticos dos governos do Distrito Federal, estados e território do Acre).

Em termos organizacionais, o CNE era integrado pelos seguintes órgãos: a Junta Executiva Central, a Assembléia Geral, as Juntas Executivas Regionais e as Comissões Técnicas. A Junta Executiva Central (JEC), organizada nos termos do artigo 6º do Decreto nº 1.200, foi instituída como órgão permanente do Conselho Nacional de Estatística, competindo-lhe, entre outras atribuições, cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral. Tendo realizado sua primeira reunião ordinária no dia 2 de dezembro de 1936, a JEC já vinha se reunindo antes, portanto, da sessão inaugural do Conselho Nacional de Estatística, ocorrida no dia 15 daquele mês, tomando deliberações importantes, destinadas a prover a direção do Instituto.

Cabe ressaltar que, entre os primeiros atos da Junta Executiva Central, destaca-se aquele que, mais tarde, viria a ser o grande animador do processo de disseminação dos conhecimentos manipulados pelos profissionais do Instituto. Com efeito, de acordo com a Resolução nº 22, de 30 de dezembro de 1936 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, ficou estabelecida a criação, em cada município do país, de uma biblioteca, um museu e um arquivo (Conselho Nacional de Estatística, 1937: 75-76). A medida vinha reforçar iniciativa do Ministério da Educação e Saúde Pública – tomada no início da década através do aviso-circular I.E./G./300, de 22 de dezembro de 1932 –, que conclamava os governos estaduais a apoiar os esforços das municipalidades

naquela mesma direção (criação de biblioteca, museu e arquivo), o que poderia garantir, pelo menos em parte, o êxito dos inquéritos estatísticos.

A Assembléia Geral do CNE era um órgão deliberativo presidido pelo presidente do Instituto, com poderes de realizar tantas reuniões quantas fossem necessárias. As deliberações tomadas pela assembléia tinham a designação de "resoluções" e seus projetos, apresentados à mesa, eram amplamente debatidos. Em sua primeira sessão ordinária, em julho de 1937, a Assembléia Geral deliberou sobre várias questões relacionadas ao desenvolvimento da estatística brasileira e, em particular, aos trabalhos preliminares do Recenseamento Geral de 1940. Ao ser encerrada a sessão inaugural do Conselho Nacional de Estatística, estavam traçadas as normas segundo as quais os serviços geográficos do país poderiam filiar-se ao Instituto, mediante sua constituição em um sistema idêntico aos dos serviços de estatística, de modo que com este viesse a se articular.

A primeira campanha estatística de âmbito nacional foi lançada em 1937. A coordenação, orientação e supervisão técnica e administrativa de todas as fases de trabalho couberam ao Instituto Nacional de Estatística. Desta forma, colocava-se em execução, o objetivo proposto quando da criação do referido Instituto: o início do trabalho em termos cooperativos nas três esferas governamentais, ou seja, federal, estadual e municipal. Nessa primeira campanha, as informações foram obtidas a partir do preenchimento de um conjunto de formulários reunidos em um único caderno – o instrumento de coleta –, o qual expressava as necessidades encaminhadas pelos órgãos integrantes do Sistema Estatístico Nacional.

2.2 A expansão da geografia no Brasil

Enquanto se processava a formação do Conselho Nacional de Estatística, vários esforços eram empreendidos para assegurar os mesmos princípios aos serviços geográficos. O primeiro deles consistiu na adesão do Brasil à União Geográfica Internacional (UGI), distinguindo-se, nesse processo, a intervenção do geógrafo francês Emmanuel De Martone, que visitou o Brasil em 1933, e dos professores da Missão Universitária Francesa, Pierre Deffontaine (1934) e Pierre Monbeig (1935), contratados, respectivamente, pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, para lecionarem geografia.

Nas palavras de Bernardes (1982: 519), "o processo de desenvolvimento de uma Geografia científica na América Latina, é relativamente tardio [...] no Brasil; este desenvolvimento pode ser perfeitamente datado a partir de 1934, ano em que foram criadas as primeiras cátedras". Segundo Moraes (1991:114), "até a década de 30 existiam poucas formações especializadas no País. As três grandes carreiras de nível superior eram a Medicina, o Direito e a Engenharia".

O segundo esforço voltou-se para a constituição de um organismo coordenador das atividades geográficas no país (*Revista Brasileira de Geografia*, 1939, n. 1, vol. 1: 9). O germe derivou das novas concepções advindas do III Congresso Internacional de Geografia realizado em 1931, em Paris, sob o patrocínio da União Geográfica Internacional. O delegado oficial do Brasil, o botânico Alberto José de Sampaio – que participara do conclave na condição de vice-presidente da Seção de Biogeografia –, articulou com a diretoria da UGI a vinda de De Martone ao Brasil em 1933. Sua visita motivou os geógrafos brasileiros a iniciar um movimento de renovação da geografia no país. De uma geografia preocupada exclusivamente com a toponímia, passava-se para a geografia do conhecimento do espaço, por meio de pesquisas geográficas.

No final de 1934, Pierre Deffontaines, considerado um dos principais responsáveis pela fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), após um ano lecionando na USP, transferiu suas turmas para Pierre Monbeig e mudou-se para o Rio de Janeiro, passando a ensinar na Universidade do Distrito Federal. Segundo Almeida (2000: 89), o curso organizado por Deffontaines, inicialmente na UDF, e logo depois na Universidade do Brasil (UB), deu origem ao primeiro grupo de profissionais de geografia, que, em conjunto com engenheiros de diferentes especialidades, iriam impulsionar as atividades geográficas do país.

A participação de Teixeira de Freitas – agora auxiliado pelo engenheiro Christóvão Leite de Castro, chefe da Seção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura[15] – foi de decisiva importância nesse processo. Paralelamente ao curso universitário formal, Teixeira de Freitas preocupou-se em garantir treinamento especializado em pesquisa geográfica a um grupo de estudantes que seriam contratados pelo governo brasileiro para dar início ao embrião do futuro Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Faziam parte desse grupo, além do próprio Christóvão, Orlando Valverde, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Miguel Alves de Lima e Jorge Zarur.

Coube a José Carlos de Macedo Soares a iniciativa de reunir os expoentes da geografia nacional para discutir sobre a constituição de um organismo nacional de geografia, destinado a promover a coordenação das atividades geográficas brasileiras, bem como o de filiar o Brasil à União Geográfica Internacional.

As reuniões aconteceram nos dias 26 e 29 de outubro e 5, 13 e 18 de novembro de 1936, no Palácio Itamarati, e contaram com a presença de representantes das mais importantes instituições, vinculadas ou não à cultura geográfica brasileira. Tiveram

[15] A Seção de Estatística da Produção seria o núcleo do futuro Conselho Nacional de Geografia.

assento na mesa de discussões a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Diretoria de Navegação da Armada, o Serviço Geográfico do Exército, o Serviço Geológico Mineralógico, o Colégio Pedro II (representado pelos catedráticos de geografia), o Observatório Nacional, o Arquivo Nacional, o Clube de Engenharia, o Serviço de Limites do Itamarati, a Universidade do Distrito Federal (representada pelos catedráticos de geologia, paleografia e cartografia), o Estado-Maior da Armada, o Estado-Maior do Exército, o Ministério da Viação e o Ministério da Agricultura (Diretoria de Estatística Territorial) (Corrêa Filho, 1939: 136).

Ao final da série de reuniões, foi elaborado um projeto de lei que deu origem, ainda na vigência da Constituição de 1934, ao Decreto nº 1.527, de 24 de março de 1937. A ementa do decreto era a seguinte: "Institui o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, autoriza sua adesão à União Geográfica Internacional e dá outras providências" (IBGE, 1952: 48-50). O referido decreto atribuía ao Conselho Nacional de Estatística, dirigido por Teixeira de Freitas, o encargo de baixar o regulamento e as instruções que deveriam reger a organização e o funcionamento do novo Conselho (Art. 5º), o que aconteceu por intermédio da Resolução nº 15, de 16 de junho de 1937. (IBGE, 1952: 50-59).

O regulamento definiu como finalidade do novo órgão "desempenhar, em fuição

Assim, a estrutura dos dois Conselhos, que eram semelhantes, compreendia os seguintes órgãos: secretaria-geral, Assembléia Geral, diretório central, os diretórios regionais, instalados nas capitais dos estados, os diretórios municipais, as comissões técnicas, o corpo de consultores técnicos e o corpo de informantes municipais.

Em 1º de julho de 1937 o Conselho Brasileiro de Geografia foi solenemente instalado no Salão de Conferências do Palácio Itamaraty. Ao mesmo tempo, tiveram início os trabalhos da 1ª sessão ordinária da sua Assembléia Geral, com a participação de delegados dos governos da União, dos estados, do território do Acre e do Distrito Federal, à conformidade da constituição do Conselho Nacional de Estatística.

Uma das primeiras providências da Assembléia Geral foi, segundo Castro (1939:107), aprovar 14 resoluções, destacando-se as que fixaram regimentos aos trabalhos da Assembléia Geral, do diretório central, dos diretórios estaduais e municipais; as que dispuseram sobre o funcionamento das comissões técnicas e do corpo de consultores técnicos; e a que regulou a integração das organizações particulares no Conselho. Foram também aprovadas resoluções mais específicas, como adotar a ortografia simplificada como a mais conveniente para os trabalhos cartográficos e atualizar a carta geográfica do Brasil ao milionésimo, considerado um empreendimento fundamental do Conselho, tendo em vista a preparação do Recenseamento Geral de 1940.

No plano do Instituto, o preparo do recenseamento compreendia a elaboração de estudos geográficos, em especial pesquisas e trabalhos cartográficos, sobretudo quanto à definição atualizada dos limites de cada município.

Em 17 de julho de 1937, por ocasião da cerimônia de encerramento da primeira sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, seu secretário-geral, Cristóvão Leite de Castro, afirmou:

> Geografia e Estatística conjugam-se, completam-se. Abordam ambas, continuamente, fenômenos comuns, uma localizando, outra quantificando. Prestam-se mutuamente valioso subsídio: a Geografia fornecendo elementos para a interpretação dos números referentes aos fatos da superfície; a Estatística alicerçando as pesquisas sobre os fenômenos humanos em extensão (*Revista Brasileira de Geografia*, 1939, n. 1, vol. 1: 106).

Passada a referida assembléia, procedeu-se à instalação dos demais órgãos do Conselho, nos âmbitos federal, estaduais e municipais. Diante dessa medida, o Conselho pôs em desenvolvimento ações que visavam ao melhor conhecimento do território brasileiro.

Portanto, nos planos do Instituto, o preparo do recenseamento compreendia a elaboração de estudos geográficos, em especial pesquisas e trabalhos cartográficos, que definissem, entre outros pontos, os limites de cada município brasileiro de forma nítida e atualizada. Firmava-se, assim, no âmbito do INE, a aliança da geografia com a estatística, conjugando-se o conhecimento da terra com a atividade humana, para benefício da estatística que necessitava dos elementos geográficos para interpretar os seus valores numéricos, e para o aperfeiçoamento da geografia que, no conceito moderno, tanto se preocupava com a atitude do homem.

Cabe ressaltar que o Conselho conseguiu alcançar esse patamar de atuação devido, principalmente, ao apoio dos estatísticos, comandados por Teixeira de Freitas, que concebeu e executou a reorganização dos sistemas estatístico e geográfico brasileiros, imprimindo-lhe diretrizes originais.

2.3 A implantação do Estado Novo

Em 10 de novembro de 1937, teve início a ditadura do Estado Novo, com um golpe de Estado chefiado pelo próprio presidente da República, Getúlio Vargas. O golpe cancelou uma eleição presidencial, fechou o Congresso Nacional, nomeou interventores e colocou o país sob o escudo de uma nova Constituição, elaborada pelo jurista Francisco Campos, ministro da Justiça, um dos principais ideólogos do novo regime. Inaugurava-se assim, uma nova fase no encaminhamento da política nacional.

A principal característica da nova Carta era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo. Nas palavras de Reis Filho (2004: 35), "um Estado forte, centralizado, com poder de intervenção em todas as esferas da sociedade, da economia à cultura, da produção do aço ao consumo de símbolos". Segundo esse mesmo autor, o novo Estado apresentava-se de forma muito abrangente, tendo definido "um projeto nacional com política para a indústria, agricultura, comércio, finanças, juros, lucros, salários, educação, cultura, artes".

O novo modelo de Estado promoveu um intenso processo de centralização administrativa, consubstanciado na bem sucedida política de criação das interventorias (Alessio, 2002: 164). Alessio argumenta que a centralização político-administrativa foi, acima de tudo, uma disputa por hegemonia entre poder central e interesses regionais, dela surgindo um novo Estado que buscava se construir a partir de uma visão totalizante de sociedade. De fato, a visão de "todo nacional" buscava unificar interesses de grupos e classes, transformando a fragmentação no grande inimigo do país.

Na realidade, essa preocupação é antiga, conforme se pode observar no texto abaixo, retirado de discurso pronunciado por Getúlio Vargas, ainda em 1931:

> Estamos empenhados [...] na reorganização econômico-financeira de todo o país, portanto, também, dos Estados e Municípios. Inspira-nos um programa nacional de harmonia e não de dispersão. A União tem que restabelecer, curando ao mesmo tempo, todos os seus componentes. Entre o Governo Provisório e os interventores, entre os prefeitos municipais, deve haver identidade de diretrizes na ordem financeira, administrativa e econômica. Cumpre todos, a seguir o mesmo rumo para uniformidade do esforço e semelhança dos resultados (Alessio, 2002: 165).

Neste contexto, houve todo um empenho na elaboração de um plano orgânico sistemático e completo, que proporcionasse as informações necessárias ao esforço de racionalização do governo federal. Intelectuais ocuparam cargos de confiança de alto nível, o que implicou em certo compromisso, da parte deles, com o projeto político que então se gestava.

Segundo D' Araújo (2000:31), o conhecimento técnico e científico aplicado à administração seria um patamar superior na forma de lidar com os interesses nacionais. A criação de órgãos de abrangência nacional foi o caminho encontrado para viabilizar aquilo que seus promotores denominavam de "grande obra de integração total da pátria".

Ainda em 1938, tomaram-se medidas seguras para a racionalização do serviço público, instituindo como órgão para essa tarefa o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado pelo Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938.

Sob a orientação de Luiz Simões Lopes, o DASP levou adiante a remodelação integral da administração pública em todo país. O referido órgão introduziu o sistema de concursos públicos para os cargos federais e foi também, em boa parte, o executor do ideal da integração administrativa entre os diversos níveis do governo federal, estadual e municipal. Segundo Schwartzman (1983: 5), "o DASP foi responsável por trazer ao Brasil os princípios de uma administração científica e racional, que escapasse das injunções dos interesses particulares e políticos partidários".

2.4. A mudança de denominação: o surgimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A incorporação do Conselho Brasileiro de Geografia em 24 de março de 1937 ao Instituto Nacional de Estatística ampliou a área de atuação do Instituto, tornando necessária à mudança de nome da instituição. Assim, em 26 de janeiro de 1938, pelo Decreto-Lei nº 218 (IBGE, 1952: 59), já sob a vigência do Estado Novo, o Instituto Nacional de Estatística passou a chamar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Criado como uma autarquia, de natureza federativa, o IBGE era constituído por órgãos federais, estaduais e municipais. A partir de sua criação, ficaram abrigadas numa única instituição três áreas de informações e estudos: estatística, geográfica e geodésica, e cartográfica. Estruturalmente, o Instituto era formado em caráter permanente pelo Conselho Nacional de Estatística (CNE) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG), antigo Conselho Brasileiro de Geografia, e, em caráter provisório, para efeito de execução decenal do Recenseamento Geral da República, pelo Serviço Nacional de Recenseamento.

Partes do mesmo todo, os dois Conselhos guardavam, em relação ao outro, o máximo de simetria possível em sua estrutura e processo de funcionamento. Entrosados, o CNE e o CNG passaram a coordenar e impulsionar as atividades geográficas e estatísticas do país (Ver Anexo 2 - Fluxograma). Ambos os Conselhos eram autônomos, sendo cada um deles dirigido por um secretário-geral, com o auxílio dos respectivos colegiados: a Junta Executiva Central, no Conselho Nacional de Estatística, e do Diretório Central, no Conselho Nacional de Geografia, sob a orientação superior do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o embaixador José Carlos de Macedo Soares.

O Conselho Nacional de Geografia foi criado com a finalidade de coordenar as atividades geográficas brasileiras. Em termos mais concretos, sua missão precípua era produzir os mapas que subsidiariam os levantamentos censitários, os quais necessitavam de elementos geográficos para a real interpretação de seus valores numéricos. Em termos organizacionais, o CNG era integrado por órgãos denominados diretórios: o Diretório Central, já mencionado acima, atuante na esfera federal, instalados na capital do país; os diretórios regionais, sediados nas capitais dos estados e do território do Acre; e os diretórios municipais, nos municípios.

Os diretórios tinham por finalidade tomar conhecimento exato e atualizado dos estudos geográficos e cartográficos, empreendidos pelos serviços oficiais e particulares, e promover a participação, em regime de cooperação, desses serviços nas campanhas, nos levantamentos e nos estudos de caráter nacional promovidos pelo Conselho. Christóvão Leite de Castro, secretário geral do Conselho Brasileiro de Geografia, foi mantido como secretário geral do CNG.

Entre outras incumbências, o CNG seria o responsável pelas providências referentes à atualização da Carta do Brasil ao milionésimo, obedecendo as convenções

internacionais da Carta do Mundo; pela elaboração do Atlas Corográfico Municipal; pelo levantamento das coordenadas geográficas de todas as sedes municipais do país, pela elaboração de cartas complementares e atualizadas, das unidades federadas, segundo planos uniformes; pela revisão da área do Brasil e da sua distribuição segundo estados e municípios; pelo levantamento de todas as sedes municipais do país; pelo estabelecimento de um plano nacional de unificação da cartografia brasileira; pela publicação da *Revista Brasileira de Geografia*, a ser iniciada em janeiro de 1939; e pela fixação de diretrizes para a criação do Serviço de Coordenação Geográfica, destinado a ser o órgão centralizador das atividades executivas do CNG no sistema federal (IBGE, 1939b: 17).

Posteriormente, as atividades do Conselho foram distribuídas entre cinco setores, a saber: o Setor de Coordenação Geográfica, cuja origem derivou da Seção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura (Decreto-Lei nº 782, de 13 de outubro de 1938) (IBGE, 1952: 74-75), o Setor das Publicações Geográficas, o Setor de Intercâmbio Cultural, o Setor de Cartografia e o Setor de Pesquisa Geográfica.

Já com vistas à realização do primeiro recenseamento sob a responsabilidade do Instituto (e quinto do Brasil), foi criado em 1938, o Serviço Nacional de Recenseamento (SNR), cujo primeiro diretor foi o engenheiro e professor Carneiro Felipe. Seu órgão normativo era a Comissão Censitária Nacional, incumbida de, em articulação com os demais órgãos do IBGE, executar o Recenseamento Geral de 1940. O Censo de 1940 iria contar com um planejamento cuidadoso, em virtude da falta de informações relativas à população e à economia, resultante do lapso de tempo decorrido do último levantamento censitário, ou seja, 1920.

Para controlar a obtenção e a sistematização das estatísticas foi instituída uma rede nacional permanente de coleta, constituída pelas Agências Municipais de Estatística (Ames). Essas agências – surgidas em decorrência de princípios assentados na Convenção Nacional de Estatística, que estabelecera a cooperação interadministrativa – foram implantadas na maioria dos municípios brasileiros e eram comandadas por inspetorias regionais, localizadas nas capitais dos estados. Os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, ratificados pelo Decreto-Lei nº 5.981, de 10 de novembro de 1943, provocaram a chamada "nacionalização" das agências municipais de estatística, na medida em que estas passaram então a ser administrada pelo IBGE.

O Serviço Nacional de Recenseamento procedeu, paralelamente à coleta dos elementos necessários à realização do Censo de 1940, e por intermédio dos seus agentes recenseadores, a pesquisas acerca de vários aspectos históricos, econômicos e geográficos de cada um dos municípios brasileiros, necessários à organização de monografias histórico-corográficas que os tinham como objeto.

Assim, o IBGE viria oferecer ao governo federal uma visão mais nítida do conjunto de cada situação específica da vida nacional, e ainda subsídios indispensáveis ao equacionamento e a soluções de problemas fundamentais ao desenvolvimento econômico, social e cultural e, ainda à segurança nacional.

A Comissão Censitária Nacional foi instituída de acordo com as bases constantes da Resolução nº 50, de 17 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, aprovada pelo Decreto-Lei nº 237 (IBGE, 1947: 67-71), de 2 de fevereiro de 1938. Inicialmente, a Comissão foi composta pelo professor Carneiro Felipe, que ocupou a presidência, o padre Leonel Franca e Elmano Cardim, e mais seis membros eleitos pela Junta Executiva Central como representantes das

organizações estatísticas federais, entre os quais Teixeira de Freitas,[16] e João Lira Madeira, como representante do Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho (IBGE, 1939b: 17). Posteriormente, o Instituto propôs ao Governo a inclusão de cinco outros membros: o secretário do Conselho Nacional de Geografia, o diretor do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e mais três representantes dos Ministérios da Guerra, Marinha e Relações Exteriores. Essa proposta ficou consubstanciada nos termos do Decreto-Lei nº 796, de 19 de outubro de 1938 (IBGE, 1939b: 19).

O Gabinete Técnico e a Secretaria do Recenseamento foram constituídos com funcionários destacados das repartições federais de estatística e do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e contou ainda com pessoal contratado. Coube ao Gabinete Técnico iniciar os trabalhos preparatórios conexos com a planificação geral do recenseamento de 1940, bem como promover a coordenação estatística e a articulação censitária exigidas para a execução daquela planificação.

Desde o início de suas atividades o IBGE contou com um serviço gráfico próprio. Assim, ainda em 1938, o Instituto passou a dispor de uma pequena gráfica, com duas linotipos, duas máquinas impressoras tipográficas, três minervas e um setor de acabamento por força da cláusula XXV, da Convenção de Estatística e do Artigo 4º § 2º letra b do Decreto-Lei nº 237 de 1938, e observadas as instruções da Resolução da Junta Executiva Central - JEC nº 38, de 14/03/1938.

A gráfica foi montada em um prédio do Ministério da Agricultura localizado na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Impunha-se tal fato devido à inexistência, na época, de parque gráfico privado que pudesse atender à demanda para a realização do Recenseamento de 1940, bem como para a impressão do Anuário Estatístico do Brasil e das Sinopses Estáticas Regionais. Logo depois, a gráfica foi equipada com duas

[16] Os outros cinco membros então escolhidos eram Heitor Bracet, Léo de Afonseca, Osvaldo Gomes da Costa Miranda, Rafael Xavier e Joaquim Licínio de Souza Almeida.

máquinas *offset* e um conjunto de máquinas monotipo (Resolução n. 70/1939), com vistas à impressão do material do Censo. Mais tarde, começaram a ser impressos os mapas físicos e políticos do Brasil, o que permitiu que o país ensaiasse os seus primeiros passos na era da impressão cartográfica.

2.5. A Lei Geográfica

Em 2 de março de 1938 – pouco depois, portanto, da criação do IBGE –foi baixado o Decreto- Lei nº 311 (IBGE, 1952: 60-63). Conhecido como a Lei Geográfica do Estado Novo, ou simplesmente Lei Geográfica, o decreto-lei dispunha sobre a divisão territorial do país e instituía uma sistemática para a divisão dos estados em municípios e dos municípios em distritos. Na realidade, este texto legal surgiu como uma resposta à sugestão da Resolução nº 26, de 15 de dezembro de 1937, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, que propunha ao governo da União a decretação de disposições orgânicas relativas à divisão administrativa e judiciária do território nacional (Penha, 1993: 114).

Na referida Resolução, foram considerados dois princípios básicos. O primeiro dizia respeito à necessidade de unificação e racionalização do quadro territorial do país, o que incluía a premente determinação das áreas rurais e urbanas e o levantamento dos mapas municipais, igualmente urgentes, tendo em vista os trabalhos preparatórios do Censo de 1940 e os serviços gerais de revisão da Carta ao Milionésimo, a cargo do Conselho Brasileiro de Geografia. Já o segundo estava ligado ao domínio da estatística. Estudos estatísticos vinham revelando o enfraquecimento da organização municipal, tendo sido identificados um grande número de circunscrições de território insignificante e população reduzidíssima.[17]

[17] Foram detectados municípios que oscilavam, quanto à superfície, de 7 a 283.830 km^2, e quanto à população, de 175 a 1. 756.080 habitantes.

Nesse sentido, a Lei Geográfica tinha por objetivo precípuo solucionar a questão dos limites do território nacional referente à delimitação das circunscrições territoriais nos âmbitos municipais e distritais. A situação era particularmente grave porque o IBGE, já empenhado nos preparativos do recenseamento, encontrava dificuldades de toda ordem para desenvolver seus trabalhos devido à grande confusão reinante, tais como limites municipais imprecisos ou indefinidos, toponímias confusas, [18] município envolvido por outro município, ocorrência de unidades municipais formadas por dois ou mais trechos de território não contíguo, etc.

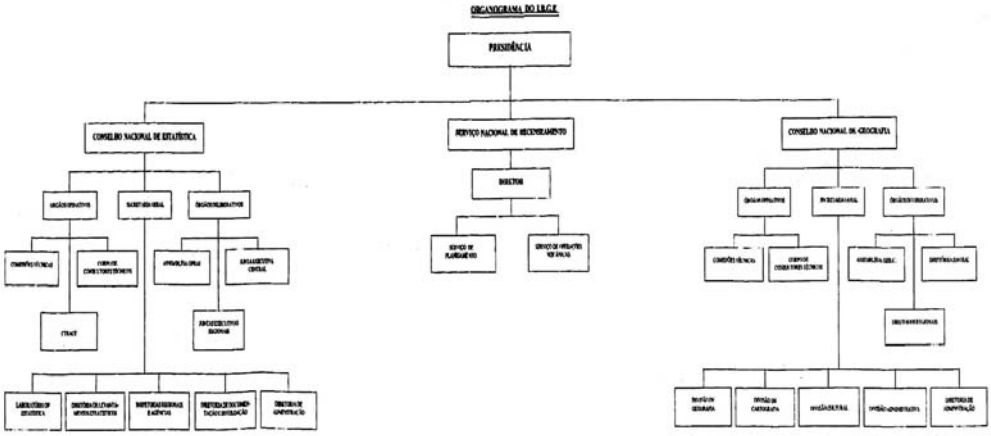
Os trabalhos de cartografia e os estudos correlatos até então disponíveis não correspondiam às exigências da ordem administrativa ou às questões relacionadas à segurança nacional, assunto particularmente caro ao governo após a implantação do Estado Novo. Os documentos oficiais, de procedências diversas, apresentavam diversas disparidades, até mesmo em relação à extensão territorial do país!

Por conta disso, foram estabelecidos, na Lei Geográfica, os conceitos básicos relativos à divisão territorial[19] e os parâmetros definidores não apenas dos processos de criação de municípios e distritos, como também das modificações de suas divisas. Dentre os conceitos estabelecidos, dois se revestiam de real importância: a obrigatoriedade de todos os municípios possuírem mapas, cujos requisitos técnicos ficariam a cargo do Conselho Nacional de Geografia; e a determinação de que novas unidades municipais somente fossem criadas por leis gerais qüinqüenais (Art. 16, § 3º) (IBGE, 1952: 62).

[18] Os problemas existentes na nomenclatura geográfica do país tinham origem no fato de que cada governo regional agia isoladamente dentro das fronteiras das respectivas unidades políticas, sem que houvesse uma preocupação com uma sistemática mais geral, de alcance nacional.
[19]

Em síntese, a Lei Geográfica revestiu-se de especial importância, por ter instituído uma sistemática para a divisão territorial do país, impondo medidas que balizariam o desenvolvimento da geografia e da cartografia brasileiras. Embora “desde o início da República” tenha existido “um forte consenso quanto à necessidade de produzir informações sobre o imenso espaço geográfico ocupado pelo país” (Gomes, 2003: 158), foi somente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na condição de executor dessa lei e de todo um amplo conjunto legal, que o Estado reuniu condições para implementar, com bastante sucesso, tarefa de tamanha envergadura.

Não é demais lembrar que as condições geográficas do território do país e sua baixa densidade demográfica, com áreas imensas ainda desconhecidas e inteiramente despovoadas; as atividades econômicas desprovidas na maior parte de registros adequados aos levantamentos estatísticos; o desinteresse pelas questões estatísticas, mesmo da parte de instituições privadas ou oficiais, constituiu a base concreta que iria conferir um caráter quase pioneiro à obra do Instituto.


ORGANOGRAMA DO I.R.G.E.
PRESIDÊNCIA
CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO
DIRETOR
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

CAPÍTULO 3 - O IBGE e suas ações culturais durante o Estado Novo

Durante o Estado Novo, a questão da construção da identidade nacional tornou-se crucial para o governo brasileiro. Portanto, era natural que o IBGE, órgão diretamente vinculado à Presidência da República e uma das agências produtoras e difusoras da política cultural governamental, participasse ativamente da implementação do ideário estado-novista

Com efeito, a centralização autoritária então inaugurada não poderia prescindir da tutela sobre a esfera cultural. A nova concepção de cultura se apresentava integrada ao político. Baseado no diagnóstico de que as práticas liberais não foram capazes de promover a integração nacional, o novo regime justificou a intervenção do Estado em todos os domínios. Nacionalizar não se referia somente aos aspectos econômicos. Nacionalizar representava também a busca da homogeneização das idéias, da unidade da língua, da religião, de comportamentos e costumes (Mendonça, 1990: 264).

Segundo Velloso (1982: 84), este novo nacionalismo – ao ligar o presente ao passado, respeitando/resgatando as tradições e costumes – seria um nacionalismo orgânico, em conformidade com a "alma nacional". De acordo com Oliveira (2000:355), a ideologia do Estado Novo, "ao se pretender nova e nacional, ao unir modernização e tradição [...] construiu uma cultura política na qual os intelectuais tinham um papel de destaque". Portanto, um nacionalismo que se contrapõe ao nacionalismo do ideário liberal. É sob esta perspectiva que deve ser analisada a multiplicação de agências públicas voltadas para a cultura e a educação. A extensa rede formada pelos órgãos especializados na promoção e controle das atividades culturais era reforçada pela participação de intelectuais de prestígio na máquina administrativa com a qual o Estado empreendeu a burocratização da cultura.

3.1. O DIP e a política cultural do Estado Novo

A instalação do Estado Novo tornou necessária a utilização da propaganda como meio de divulgação das ações do governo, caminho encontrado para a legitimação do quadro político-ideológico que se inaugurava. Segundo Lacerda (1994: 243), foi nesse contexto que a propaganda estatal alcançou um nível de produção e sistematização sem precedentes no país. Assim, em 1938, foi criado o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em dezembro de 1939, nos termos do Decreto nº 1.915, do dia 27 daquele mês (Lacerda, 1994: 243).[20]

Subordinado diretamente à Presidência da República, o DIP veio aperfeiçoar e ampliar as atividades do seu antecessor, concebendo a propaganda de governo e exercendo controle sobre a opinião pública. A partir de sua criação, passou a centralizar todos os serviços de propaganda e publicidade espalhados pelos ministérios, departamentos, estabelecimentos da administração pública e entidades autárquicas. A ele atribuiu-se a função de elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuando em defesa da cultura e da unidade nacional.

O órgão era, igualmente, o responsável pela organização das homenagens a Vargas, atuando como um instrumento de promoção pessoal do chefe do governo e da sua família, bem como das autoridades em geral. Em síntese, o DIP, por dispor de "maior amplitude de ação e maior autonomia que os departamentos que o antecederam, dada sua ligação direta com a Presidência da República, [...] tornou-se o órgão

[20] "A criação do DIP foi precedida, no tocante à divulgação das iniciativas governamentais, por três outros órgãos – o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) –, que se sucederam a partir de 1931. Nenhum deles, no entanto, desfrutou do grau de autonomia e abrangência do DIP, dada a conjuntura especificamente diferente em que atuaram" (Araújo, 2001: 1830).

coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo e o porta-voz autorizado do regime" (Araújo, 2001: 1.831).

Os meios de comunicação não deveriam ser pensados como simples diversão, mas como armas políticas submetidas ao controle da razão do Estado. O rádio constituiu um exemplo acabado de veículo de propaganda, com programas produzidos na intencionalidade de divulgar as coisas nacionais, o folclore e a cultura popular.

A música brasileira era difundida pelo rádio de forma a atingir todas as camadas populares, privilegiando programações que exaltassem os fatos nacionais. *Curiosidades Musicais* (1938) dedicava-se à evolução do carnaval, às cantigas de reisados pastoris, congadas, bumba-meu-boi; *Aquarela do Brasil* (1945) comenta lendas, festas juninas, escolas de samba etc. (Oliveira, 2000: 355). Neste contexto, merece destaque o maestro Heitor Villa-Lobos, que trabalhou com o repertório do mundo sertanejo e com temas indígenas para compor cantos e cantigas.

Outra frente importante era a do rádio-teatro, para a qual contribuíam os mais destacados dramaturgos da época, produzindo textos que enfocavam acontecimentos históricos como a abolição da escravidão, a proclamação da República, entre outros. O programa "*A hora do Brasil*" sintetizava a relação cultura/Estado, cumprindo três finalidades centrais: informação, cultura e civismo, além de reservar espaço para os atos do presidente da República e as realizações do Estado.

Quanto à imprensa escrita, o aparelho do Estado ampliou sua capacidade de centralização política e ideológica instituindo a fiscalização de todos os jornais e revistas do país, comprometendo de maneira substancial o exercício de uma imprensa livre. Além disso, o DIP produzia e difundia seus próprios produtos: livros, revistas, cartazes, cine-jornal, fotografias, programas de rádio com noticiários e números musicais. Há que se destacar o papel da fotografia como elemento de propaganda e

ilustração das atividades do governo. Seu uso destinava-se ao complemento dos discursos, publicações diversas, exposições, cerimônias cívicas, etc. Segundo D' Araújo (2000:35), os jovens também foram presença constante nas várias manifestações – "Dia da Raça", "Dia da Pátria" "Dia da Juventude" – que a máquina do Estado promoveu para louvação do país e do seu governante máximo.

O DIP produziu, por intermédio de sua Divisão de Divulgação, a revista *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros.* Publicação oficial do regime, fundada e dirigida por Almir de Andrade, *Cultura Política* teve como propósito definir e esclarecer os rumos e as transformações ocorridas no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas. A revista foi cuidadosamente planejada de forma que pudesse interessar ao público pela variedade de assuntos (Andrade, 1981: 1).

3.2. A participação do IBGE na política cultural do Estado Novo

A principal missão do IBGE era proceder à coleta de informações sobre o território e a sociedade brasileira. Como possuía representação em quase todos os municípios da federação, seria conveniente para o governo federal aproveitar a sua rede de agências municipais para difundir suas iniciativas educacionais e culturais, que assim poderiam atingir os mais remotos rincões do país, até então subordinados aos objetivos políticos das lideranças locais, nem sempre afinadas, com as diretrizes do Estado Novo. Em outras palavras, a capilaridade do Instituto poderia ser de grande utilidade para o poder central, abrindo espaços para a difusão das ações de governo.

Em contrapartida, o IBGE podia lançar mão da infra-estrutura do DIP para divulgar as suas realizações. E "A Hora do Brasil" foi crucial para isso. Foi intermédio desse programa radiofônico que o presidente do IBGE, José Carlos de Macedo Soares, irradiava os seus discursos, forma amplamente utilizada na propagação da ideologia do

regime.[21] Certas emissões também veiculavam as resoluções de maior interesse do Instituto, aprovadas nas Assembléias Gerais dos Conselhos Nacional de Geografia e Estatística. Praticamente desde a sua criação, o IBGE distribuía comunicados doutrinários à imprensa, com o intuito de criar no país um ambiente social favorável à estatística. Ademais, divulgava um noticiário completo, na imprensa ou pelo rádio, sobre as atividades e realizações verificadas no sistema estatístico nacional (IBGE, 1939b: 18).

O seu envolvimento com a política cultural e educacional do Estado Novo pode igualmente ser visto como um importante elemento para a sua consolidação institucional. Em outras palavras, a qualidade e a eficiência das respostas que o IBGE daria às demandas surgidas seriam fundamentais para a instituição se justificar como necessária e importante perante a sociedade e o Estado.

Talvez o aspecto que mais tenha comprometido o IBGE com a política maior do Estado Novo diga respeito à importância conferida pelo governo federal à conquista e à integração do território. Não se tratava mais do conhecimento trazido pelas viagens, embora isso não estivesse fora de cogitação. Na verdade, todas as expedições feitas durante o Estado Novo passaram a ser controlada. Foi nesse momento que, com a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, o Estado estabeleceu que qualquer expedição, de qualquer natureza, que transitasse sobre o território nacional teria que se submeter a certos procedimentos, como se registrar junto à burocracia estatal, incluir necessariamente um integrante brasileiro e, o que é muito importante, duplicar tudo que aqui fosse coletado – flora, fauna, objetos, fotografias com índios, objetos – para deixar no país (Gomes, 2004).

[21] O recurso ao rádio como veículo de divulgação dos dados coligidos foi solicitado pela Resolução n. 66, de 17/07/1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, antes mesmo, portanto, da instauração do Estado Novo e da transformação do INE em IBGE.

Mas a questão da estatística é fundamental. Por intermédio do controle estatístico assegurado pelo Instituto, lembra Gomes (2004), tornava-se possível quantificar, conhecer, saber quem somos, quantos somos, o que fazemos, saber quem é o povo brasileiro. Para o ideário nacionalista do Estado Novo, e, também para a visão ibegeana, continua a autora, o território e o povo eram uma coisa só, indistinta, faziam parte de uma relação não separável, não divisível: não há território sem povo nem povo sem território, e nesse sentido conquista significa conhecimento (do povo) e ocupação (do território)[22]. Foi esse o sentido da Marcha para Oeste.

Compartilhando da visão nacionalista do Estado Novo de que o federalismo era um conjunto de identidades regionais autônomas que não se articulavam numa perspectiva única, que fragmentava a nação (Penha, 2004), Teixeira de Freitas, na qualidade de secretário geral do Conselho Nacional de Estatística, dedicou-se, entre outras frentes de atuação, a criar, orientar e promover a divulgação de publicações sobre os mais variados assuntos de caráter estatístico, geográficos, demográficos, econômicos, culturais, sociais, administrativos etc.

3.2.1 As publicações do IBGE

3.2.1.1 As publicações na área da geografia

A *Revista Brasileira de Geografia* – cuja criação fora determinada pela Resolução nº 18, de 12 de junho de 1938, da Assembléia Geral do CNG – foi lançada em 1939 e sua periodicidade era trimestral. Publicação de padrão técnico internacional, seu objetivo era difundir o conhecimento técnico-científico, geográfico e sócio-econômico no país e no exterior, sob a forma de artigos e comunicações de autores

[22] Castro (2004) frisa, a esse respeito, que enquanto para outras nações, naquele mesmo momento, a conquista representava a expansão sobre territórios que não eram seus, no caso do Brasil a conquista era do próprio território, significava o conhecimento maior do seu território.

nacionais e estrangeiros. Incluía também transcrições e comentários bibliográficos. Os objetivos da *Revista Brasileira de Geografia* eram contribuir para a melhor divulgação do conhecimento do território brasileiro; difundir no país o sentido moderno da metodologia geográfica; e promover o intercâmbio com instituições congêneres (Soares, 1939: 3-6).

A revista foi dirigida inicialmente pelo engenheiro Cristóvão Leite de Castro. Sua comissão de redação era integrada pelo professor de geografia do Brasil, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, pelo engenheiro e professor de geografia Silvio Fróis de Abreu, e pelo professor de climatologia José Junqueira Schimidt.

Organizada e dirigida pela Secretaria Geral e impressa no Serviço Gráfico do IBGE, a revista recebia esmeradas ilustrações em seus artigos, incluindo fotografias, desenhos e mapas. Merecem menção especial os desenhos a bico de pena executado pelo artista Percy Lau,[23] que ilustravam a seção "Tipos e aspectos do Brasil", iniciada a partir do número 4. A seção eternizou uma galeria de personagens brasileiros, reproduzindo com fidelidade as paisagens e tipos humanos de origens diversas como o arpoador de jacaré, o pescador de pirarucu, seringueiros, o caboclo amazônico, entre outros. Também foram retratados personagens urbanos, como as negras baianas e seus tabuleiros e o vendedor de cocos.

Vale também salientar a seção "Vultos da geografia do Brasil", no qual era traçada uma pequena biografia de personalidades importantes da geografia brasileira. As ilustrações, também desenhos a bico de pena, eram de autoria do artista plástico Medina. Os artigos apresentavam pequenos resumos em francês, inglês, alemão, italiano, espanhol e esperanto.

[23] Descendente de alemães, Percy Lau nasceu em 1903, em Arequipa, no Peru. Radicando-se no Brasil, estudou a fundo o meio , os costumes e as características do país e de seu povo. Trabalhou como ilustrador do IBGE de 1939 a 1968. Sua última ilustração foi "o cesteiro", na RBG, vol. 27, n. 1 de 1965. Faleceu em 1972.

A tiragem da revista foi estipulada em 5.000 exemplares, em boa parte distribuída gratuitamente a diversas autoridades, como as presidências do Tribunal de Contas e do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, os ministérios, os órgãos regionais do próprio Instituto, bibliotecas e escolas de ensino secundário e superior mantida pelos poderes públicos. A União Geográfica Internacional, a União Panamericana e as sociedades de Geografia e instituições internacionais de maior significação também recebiam exemplares gratuitos. Os excedentes eram postos à venda, na secretaria do Conselho, ou solicitados a título de permuta, quando houvesse interesse. O preço do exemplar, para venda, 5000 mil réis e 20.000 réis a assinatura anual.

A *Revista Brasileira de Geografia* ajustava-se com perfeição às linhas-mestra do Estado Novo. Com efeito, nesse momento as políticas territoriais passaram a ser colocada como prioridade de Estado (Moraes, 1991: 129), uma vez que o conhecimento adequado do território era considerado fator fundamental para a construção da nacionalidade.[24]

Em 23 de julho de 1941, a Resolução nº 91 deliberou que a Secretaria do Conselho Nacional de Geografia editaria mensalmente um boletim de informações. Na ocasião, o Brasil já sentia os efeitos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na qual acabou envolvido. Por conta dessas e de outras dificuldades que prejudicaram a organização da nova publicação, não foi estipulada a data para o seu lançamento.

[24] O Estado Novo desejava também estabelecer, segundo Gomes (2003:176), um rígido controle sobre o povo e território, cuidando das fronteiras ameaçadas por inimigos externos e internos, como o combate ao separatismo, aos espiões internacionais, ao comunismo, controle dos núcleos coloniais com predominância estrangeira muito acentuada e restrição à entrada de estrangeiros.

Assim, apenas em abril de 1943, quase dois anos depois, o Conselho lançou o primeiro número do *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*. No Editorial, intitulado "Apresentação", assinada por José Carlos de Macedo Soares, o boletim era definido como "uma Revista mensal com vistas a atender às necessidades de quantos no País se dedicassem aos estudos geográficos e aos trabalhos geodésicos e cartográficos" (Soares, 1943: 3-4).

Além de editoriais, na sua parte inicial, o Boletim registrava comentários, transcrições, resenhas, contribuições especializadas e mais quatro seções – Informações, Notícias, Bibliografia e Legislação – atinentes a assuntos com os quais o Conselho Nacional de Geografia se ocupava.

A seção "Informações" reunia informes referentes a assuntos culturais merecedores de ampla divulgação, relativos ao aparelhamento administrativo do país em geral à sua organização, em matéria de pesquisa geográfica. A seção "Notícias" prestava informações ao público a respeito das atividades de geografia, desenvolvidas nas três esferas da administração pública, como também na órbita das atividades privadas, culturais ou técnicas. A seção "Bibliografia" continha um conjunto de apontamentos, comentários e contribuições sobre livros e mapas, elaborados em torno de temas gerais ou especializados. A seção "Legislação" colocava o leitor a par das deliberações tomadas pelos órgãos públicos acerca do desenvolvimento dos trabalhos geográficos no Brasil.

Ainda em seu primeiro ano, o *Boletim do Conselho Nacional de Geografia* passou a se chamar *Boletim Geográfico* (conforme a capa e a folha de rosto do nº 3). O Boletim era comercializado a Cr$5,00 por exemplar e Cr$20,00 a assinatura.[25]

[25] Em 5 de outubro de 1942, por intermédio do Decreto-Lei nª 4.791, o réis foi substituído pelo cruzeiro, que se tornou a nova moeda nacional (www.upedata.gov.br. Acesso em 6/10/05). O IBGE suspendeu a publicação do *Boletim Geográfico* em 1978, ocasião em que foi absorvido pela *Revista Brasileira de Geografia*.

3.2.1.2 As publicações da área de estatística

Em janeiro de 1940, o IBGE lançou a *Revista Brasileira de Estatística*, órgão oficial do IBGE, dirigida por Teixeira de Freitas. De periodicidade também trimestral, a publicação dava continuidade à *Revista de Economia e Estatística*, editada pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

Destinada a divulgar a ciência estatística e sua metodologia, por meio de artigos e levantamentos efetuados pelo IBGE, a revista também trazia comunicações, noticiário nacional e internacional, divulgação dos grandes nomes da Estatística e informações bibliográficas Além disso, mantinha os estatísticos atualizados com os fatos e dados que mais interessavam ao exercício da profissão e ao seu aperfeiçoamento (Soares, 1940: 3-4).

Em junho de 1943, foi lançado o *Boletim Estatístic*o, publicação de periodicidade trimestral, reunindo em apresentação tabular, informações estatísticas atualizadas, num desdobramento mensal de algumas séries publicadas pelo anuário Estatístico do Brasil. Divulgava, ainda, tabelas internacionais, estudos, comentários e cadastro.

Nas palavras de Soares (1943: 3-6), "o *Boletim* congregava uma coletânea de estatísticas atualizadas, mediante a qual se visava preencher uma lacuna no plano das publicações do IBGE". Durante os intervalos, entre as edições do *Anuário Estatístico do Brasil*, eram realizados vários levantamentos, cujos resultados se revestiam de interesse imediato. Para evitar que as estatísticas se tornassem obsoletas, os resultados essenciais eram publicados, de forma resumida, no *Boletim Estatístico*, antecipando a divulgação feita pelo Anuário, no qual se teria um estudo mais pormenorizado. A maior parte do *Boletim Estatístico* era dedicada às estatísticas mensais, nas quais eram retratadas, quase que exclusivamente, os aspectos econômicos.

As séries das estatísticas mensais eram divulgadas na *Revista Brasileira de Estatística*. Quando, em agosto de 1942, o desenrolar dos acontecimentos culminou com a declaração de guerra às potências do Eixo, determinando certas reservas na divulgação de dados estatísticos, foi suspensa a publicação das séries, a fim de melhor resguardar os interesses de segurança nacional.

estatísticos, geográficos e cartográficos para o mundo do ensino institucionalmente falando.

O primeiro volume reuniu uma série de artigos de intelectuais de primeira linha, como Fernando de Azevedo, Alceu Amoroso Lima, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Alberto Torres, Delgado de Carvalho, Carneiro Felipe, Francisco Campos, Teixeira de Freitas e outros. Além desses artigos, incluía textos especiais do próprio Getúlio Vargas sobre educação e a transcrição de um parecer de Rui Barbosa sobre a reforma do ensino fundamental na segunda metade do século XIX.

Já o segundo volume apresentava a estrutura jurídico-administrativa que o IBGE organizou desde a sua fundação até 1940 sobre questões relativas à educação. Organizado em 24 seções, cobrindo temas como normalização das estatísticas educacionais, resoluções e pareceres sobre ortografia, grafia da toponímia nos mapas, organizações de cursos de férias, ensino da geografia, normalização de atividades didáticas, formação de quadros técnico-profissionais, divulgação cultural, organização de bibliotecas, arquivos, museus, exposições e outros, o volume representou a melhor compilação das resoluções e pareceres dos órgãos deliberativos e executivos do IBGE, enfocando as relações do Instituto com o sistema educacional brasileiro (IBGE, 1941).

Outro trabalho de natureza acadêmica editado pelo IBGE, com função disseminadora da educação e cultura no Estado Novo, foi a obra de Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira* (Azevedo,1943), introdução da série nacional das publicações do Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1940.

3.2.2. A promoção de campanhas culturais

A atuação do Instituto não se limitou a “fazer geografia” e “fazer estatística” por meio de suas publicações. A promoção de campanhas desta natureza obedeceu a

objetivos de propaganda da própria instituição, visando criar ambiente social favorável no que diz respeito às funções específicas dos diferentes órgãos do Instituto. Estando a instituição totalmente engajada no projeto cultural do Estado Novo, todas suas iniciativas se voltavam aos interesses da cultura, e se revestiam ao mesmo tempo de um sentido cívico.

No que tange ao tema, pode-se destacar o Concurso de Monografias de Aspectos Geográficos Municipais (1941), de realização anual e com direito a prêmios. O Conselho Nacional de Geografia, ao tomar essa iniciativa, visou atingir alguns objetivos essenciais, entre os quais generalizar a pesquisa, obter documentação de estudos e informações regionais e, sobretudo, alcançar uma finalidade cultural, levando uma contribuição aos congressos de geografia realizados no país (Pereira, 1943: 5).

Outra iniciativa empreendida no bojo dessa política foi a organização do Museu de Geografia do Brasil (Resolução AG/CNG n.87, de 21/7/1941), instalado em 1943 [26] no 5º andar do Edifício Serrador, no Rio de Janeiro. Criado com significado instrutivo e educativo, reunia mostras de fatos da geografia nacional, e apresentava ao público paisagens, tipos e aspectos do Brasil por meio de suas peculiaridades regionais. Seu acervo era composto de peças de interesse para a ciência geográfica e para a cultura, como amostras de minerais e vegetais, miniaturas, mapas, medalhas, peças de valor artístico e histórico, fotografias, artesanatos e outros objetos que documentavam o panorama natural e a vida dos brasileiros.

Merece igualmente destaque a organização do X Congresso Brasileiro de Geografia, em 1942, ocasião em que foi promovido o “Batismo Cultural de Goiânia”. Esse acontecimento foi considerado o marco inaugural da campanha da “Marcha para o

[26] O Museu de Geografia funcionou até meados da década de 1960, quando foi desativado por motivos de reforma administrativa.

Oeste”[27]. A inauguração da nova capital do estado de Goiás constituiu-se em acontecimento de valor cívico-cultural, com projeção marcante em todo território nacional.

Teixeira de Freitas promoveu e participou desse fato importante, pois acreditava que Goiânia constituía o primeiro passo para a futura interiorização da capital federal, e o Brasil, assim, passaria a ser efetivamente dono de si mesmo.

O evento contou com dois simpósios – um sobre educação, o VIII Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação com a colaboração do IBGE e outro sobre geografia e estatística –, e uma exposição, a II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística que dava conta dessa três dimensões temáticas. O VIII Congresso reuniu os mais destacados educadores brasileiros que debateram o tema “educação rural”. Foi destacada a necessidade de se darem novos rumos à educação no sentido de ser ministrado o ensino rural, nas regiões de atividades rurais predominantes e o ensino nacionalista, na zona de imigração intensa (*Revista Brasileira de Geografia*, 1942: 611).

A II Exposição apresentou contribuições relativas ao estado de Goiás, divulgando também atividades promovidas por vários órgãos do âmbito federal e das demais unidades políticas do país. Organizada pela ABE e pelos órgãos que integravam o sistema estatístico-geográfico nacional, a exposição reuniu livros, memórias, material didático, documentação fotográfica, esquemas gráficos e vários outros documentos alusivos a aspectos ainda não conhecidos no país (*Revista Brasileira de Geografia*, 1942: 613).

[27] Em agosto de 1940, Getúlio Vargas fez um discurso em Goiânia, no qual falou sobre a necessidade de ocupação dos vastos espaços despovoados do país: “O verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste... é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas com a integração dos modernos processos de cultura” (Brandi, 2001: 5.930).

O Conselho Nacional de Geografia elaborou, especialmente para o "batismo cultural" de Goiânia, vários trabalhos especializados, como o *Vocabulário geográfico do estado de Goiás*, compreendendo cerca de 8.150 verbetes topônimos, e a *Bibliografia geográfica e cartográfica do estado de Goiás*, compreendendo 1.079 referências à documentação existente na seção estadual do CNG.

A importância do evento para o país, bem como o papel do próprio IBGE, foi destacada pelo embaixador Macedo Soares:

> O Brasil possui no sentido "imperialista" das bandeiras - essas grandes forças vivas e móveis a que tanto deve a formação social do país – o melhor signo para a nova era da sua história, cujo objetivo essencial tem de traduzir-se, como tão bem o definiu o próprio Chefe de Estado, no "reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade", a fim de sanar os vácuos demográficos do nosso território e fazer com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas.
>
> Esse impulso vigoroso da civilização, visando o domínio completo do patrimônio que nos legou o espírito bandeirante, encontra em Goiânia a sua primeira vitoriosa etapa (...)
>
> Aqui viemos e aqui estamos - os do IBGE - para o cumprimento do dever cívico de louvor e exaltação ao descortino e ao patriotismo do governante esclarecido, em cujo nobre espírito com que se antecipou à visão dos nossos ciclos históricos do Brasil [...] – Pedro Ludovico Teixeira.[28]

Outra iniciativa dos dirigentes do IBGE foi a comemoração do "Dia do Geógrafo e do Estatístico" (ResoluçãoAG/CNE nº 190, de 22/07/1941), estabelecido no dia 29 de maio de cada ano, destinado à confraternização daqueles que exercem a sua atividade. A comemoração não se revestia apenas de um caráter festivo, mas encerrava

[28] Referência a Pedro Ludovico Teixeira, então interventor de Goiás, e que chegou à chefia do governo estadual após a Revolução de 1930.

também um conteúdo cultural, com vistas a contribuir para a elevação do nível intelectual dos profissionais dessas áreas.

Ainda deve ser mencionado o projeto do Palácio do Silogeu[29] Brasileiro, encaminhado pela Resolução nº 64, de 16 de fevereiro de 1939, da Junta Executiva Central do CNE, destinado a sediar diversos órgãos culturais e educacionais. O projeto foi aprovado nos termos do Decreto nº 2326, de 20 de junho de 1940, que autorizava o IBGE a construir um prédio localizado na avenida Augusto Severo nº 4, no centro do Rio de Janeiro, destinado a sediar diversos órgãos de educação e cultura, oferecendo instalações apropriadas às principais instituições culturais do país.

O Silogeu abrigaria além dos órgãos do IBGE – incluindo, nos períodos de atividade, a Comissão Censitária Nacional e o Serviço Nacional de Recenseamento –, a Associação Brasileira de Educação, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Liga da defesa Nacional, a Ordem dos Advogados, a Academia Nacional de Medicina, a Academia Brasileira de Letras, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, o DASP, entre outros, e ainda a instalação de um planetário para o ensino da astronomia e da cosmografia, e a manutenção de uma exposição permanente de educação e cultura. O Silogeu manteria ainda áreas reservadas para o Serviço de Geografia e Estatística da Prefeitura do Rio de Janeiro, para os serviços de estatística dos ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, da Fazenda, da Justiça, do Trabalho, Indústria e Comércio, e da Viação e Obras Públicas, para o Departamento de Imprensa e Propaganda e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. O projeto, contudo, não saiu do papel.

Outras contribuições do IBGE para a disseminação da cultura foram a confecção de mapas murais e coletâneas de fotografias, a serem usados como subsídios para

[29] Segundo Dicionário Aurélio, *Silogeu* é uma casa onde se reúnem associações literárias e ou científicas.

atividades didáticas nas escolas (Resolução AG/CNG n. 43, de 8/7/1939), a instituição de um concurso anual de monografias referentes aos aspectos da geografia municipal (Resolução AG/CNG n. 88, de 21/07/1941), e a instalação de curso de informações geográficas, com a colaboração da Sociedade Brasileira de Geografia, destinado aos professores de geografia (1944.

3.2.3. A campanha de simplificação da ortografia

A política nacionalista do Estado Novo também envolvia uma política de nacionalização da educação, e nesse aspecto a língua era fundamental. O IBGE articulou-se, uma vez mais, a essa política maior de Estado. Lançando mão de suas publicações, o Instituto divulgou amplamente o acordo ortográfico unificado (a *Revista Brasileira de Geografia* foi a primeira a difundi-la em todo o país), que simplificou a ortografia do português falado no Brasil, tornando-se, então, a norma da língua nacional.

Era fundamental que todos estudassem o português nas escolas, que todos falassem e escrevessem o português. Nessa perspectiva, lembra Gomes (2004), a língua nacional deve ser entendida como a fronteira, por excelência, do território: estaremos no Brasil enquanto estivermos falando, ouvindo e escrevendo português. Isso deve valer de norte, sul, leste e oeste do país. Os quistos étnicos são, pois, inadmissíveis: é inadmissível um brasileiro que não fale o português. Esse nacionalismo, frisa a autora, envolve território, envolve povo e envolve língua. Afinal, em relação a esse último ponto, é evidente só se produz informação quando se compartilha um mesmo código, e o código nº 1 é a língua.

3.2.4. A difusão do Esperanto

Uma outra iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi a adoção do esperanto[30] como língua auxiliar de sua publicidade. Segundo Teixeira de Freitas (1945: 197), um entusiasta do esperanto, Zamenhof procurou criar uma língua artificial, depois que se convenceu de que nenhuma das línguas vivas ou mortas poderia preencher o papel de língua internacional. O esperanto conquistou seguidores em muitos países.

A propaganda do esperanto no Brasil começou em 1906, com a fundação de grupos esperantistas em Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Em 1907, realizou-se no Rio de Janeiro o primeiro Congresso Brasileiro de Esperanto. Na ocasião, foi fundada a Liga Esperantista Brasileira, cuja finalidade era fazer propaganda do Brasil no exterior por meio do esperanto. Em setembro do ano seguinte, a Diretoria Geral de Estatística, então dirigida por Bulhões Carvalho, editou o *Boletim comemorativo da Exposição Nacional*, primeira publicação brasileira com feição do anuário estatístico, com o título, a introdução e os cabeçalhos de todos os quadros vertidos para o francês e para o esperanto. Considerada sociedade de utilidade pública em 1921, a partir de 1922 a Liga Esperantista Brasileira passou a receber pequena subvenção do governo federal (Freitas, 1945: 197-207).

Teixeira de Freitas foi membro atuante da Liga Esperantista Brasileira. De acordo com Neves (1994: 64), em 1929, quando ele estava à frente do Serviço de Estatística Geral da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, iniciou campanha de apoio à utilização do esperanto no Brasil. A língua, para ele

[30] Língua internacional criada em 1887 pelo médico polonês Lázaro Ludovico Zamenhof com a finalidade de tornar-se uma segunda língua a ser estudada pelos habitantes de todas as nações, ao lado de seu idioma nacional ((Freitas, 1945: 197). De acordo com Störig (1993: 250), o vocabulário do esperanto é baseado em palavras de línguas germânicas e românicas que tinham conseguido uma certa difusão internacional.

verdadeiramente internacional, foi largamente usada por Teixeira de Freitas em sua correspondência com o exterior, algumas vezes no âmbito do próprio serviço.

Assim, não é de se estranhar que o IBGE tenha passado a usar o esperanto em seus livros técnicos, em suas revistas, em suas publicações de propaganda do Brasil, favorecendo de um lado, a divulgação mundial da estatística do país, e por outro, a propagação da causa esperantista. Mais tarde, por intermédio da Resolução nº 218, da Assembléia Geral do CNE, de 19 de julho de 1939, o esperanto foi incluído como matéria obrigatória nos cursos técnicos criados pelo Instituto.

A influência da Liga era tamanha que, durante o noticiário da "Hora do Brasil" irradiado às terças-feiras, as notícias em português eram traduzidas e lidas ao microfone em esperanto. Para Teixeira de Freitas (1945:197), o interesse na divulgação dessa língua devia-se ao fato de ser uma língua de abrangência internacional, relativamente fácil e politicamente neutra.

3.3. A posição do município no Estado brasileiro

A apresentação do primeiro número da *Revista Brasileira dos Municípios* esclarece que o sentido costeiro do povoamento no território brasileiro conduziu a sociedade a evidentes desequilíbrios estruturais e funcionais, impedindo a ocupação integral, em termos sócio-econômicos, do espaço político mediante a interiorização de elementos de cultura e a formação de centros difusores de progresso, eqüitativamente distribuído em todo espaço territorial. A urbanização litorânea retardou, de certa forma, a evolução econômica do país, provocando desajustamentos sociais, cujos efeitos se faziam sentir nas próprias cidades. Diante dessas circunstâncias, o município brasileiro teria que se sentir necessariamente

depauperado econômica e culturalmente, com prejuízos para os ideais de construção política (*Revista Brasileira dos Municípios*,1948, nº 1, vol. 1:3).

Com efeito, o problema do município no Brasil remonta às fontes históricas do poder político e aos métodos de exploração e propriedade da terra dos primórdios do período colonial. Ao iniciar o processo de colonização brasileira através do regime de capitanias hereditárias, que foi o primeiro modelo de administração do território, D. João III passou ao primeiro donatário que se estabeleceu, Martim Afonso de Souza, o direito à determinação da constituição de vilas nos mesmos moldes de Portugal. Dessa forma começaram a serem instaladas no Brasil, em São Paulo, as vilas de São Vicente, Piratininga e outras (Cunha, 1994:53).

O reino português, ao sentir a força e o poder das vilas, resolveu criar as províncias, instância intermediária entre o governador-geral e a Corte Portuguesa, e que deveriam contrabalançar o poder das vilas. De qualquer modo, porém, até 1822, as vilas mantiveram muita força. Foi a Câmara Municipal de São Paulo que apresentou a D. Pedro a moção de que deveria permanecer no Brasil (o "Dia do Fico"), e a proclamar a independência (Cunha, 1994:53).

A Constituição outorgada de 1824 retirou os poderes dos municípios. O Ato Adicional de 1834 reduziu ainda mais esses poderes, colocando-os num patamar muito baixo. A Constituição republicana de 1891, copiando o modelo norte-americano, manteve as prerrogativas municipais ainda bem restritas. Foi somente com a Carta de 1934 que se esboçou um limitado restabelecimento do poder local, exercido no início do processo de colonização brasileira através do regime de capitanias hereditárias (Cunha, 1994:53). Em consonância com o regime federativo adotado em 1891, a questão municipal ficou a critério dos estados. Estes, de um

modo geral, atribuíram ao Município um papel político-eleitoral insuficiente, para que pudesse atuar definitivamente como unidade governamental.

De acordo com Bezerra (1940: 243), a Federação brasileira, tal qual ficara estabelecida nas Constituições republicanas de 1891 e 1934, estava desvirtuada pelo duplo erro de atribuições de funções políticas aos estados e de anulação política dos municípios. Ele argumenta que, sendo órgãos naturais de descentralização administrativa, elementos propulsores indispensáveis do desenvolvimento econômico das regiões brasileiras, os estados se tornavam, no exercício dessas funções, fatores de desagregação da consciência nacional, pela acentuação de particularismos e regionalismos, ocasionada pela diversidade das práticas econômicas que desenvolviam.

No regime federativo, prossegue Bezerra, o município é a base, a infra-estrutura do organismo nacional de cuja existência, estabilidade e segurança passa a depender, diretamente, do fortalecimento de suas células vivas. Contudo, com a inversão dessa premissa, devido a momentos de excessiva centralização administrativa federal ou estadual, ou pela absorção por parte da União e dos estados das rendas municipais, o poder financeiro dos municípios se enfraquecia, impedindo-os de expandir-se na área econômica e no desenvolvimento cultural. Foi com a Constituição de 1937 que a esfera de atuação dos estados foi reduzida e que os poderes municipais foram restabelecidos.

O IBGE preocupou-se, desde o início de sua atuação, em promover o revigoramento do município, recolocando-o na posição que lhe pertenceu, nas etapas iniciais da evolução histórica do país. O Instituto, considerando o município célula primária da vida social e política, tomou-o como centro fundamental dos levantamentos estatísticos e como principal colaborador desta ação.

A atuação do IBGE, dentro dessa ordem de objetivos, pode ser assinalada através de iniciativas de maior alcance. Paralelamente ao estudo do município, do ponto de vista geográfico e estatístico, o Instituto procurou estimular no âmbito municipal, empreendimentos culturais de alta significação para a vida local, demonstrando ao mesmo tempo a necessidade de racionalização dos respectivos serviços administrativos, mediante a adoção de novas técnicas de trabalho. Estão por exemplo, as providências formuladas pelo Instituto, quanto à sistematização do quadro territorial do país – administrativo e judiciário, ao levantamento dos mapas municipais e plantas das cidades e vilas, bem como outros registros. Nesse sentido, vale registrar a elaboração de monografias históricas descritivas, a organização do *Anuário Municipal de Legislação e Administração*, a divulgação de sinopses dos estados e dos municípios, a criação ou organização de bibliotecas, arquivos e museus municipais, entre outras.

Um outro elemento fundamental para a construção da nação no caso da política estadonovista é a categoria do regional. Se do ponto de vista cultural a política do Estado Novo é nacionalista, exatamente por conta das ações que envolvem o ensino e a língua, do ponto de vista político a política nacionalista do Estado Novo significa o fim das autonomias estaduais, o fim do federalismo. Daí, o processo de centralização política então empreendido não aceitar margens de autonomia política dos estados. Os estados continuam existindo, mas a idéia do federalismo, não. A cerimônia da queima das bandeiras estaduais é bem ilustrativa. Quando termina a queima, a terra é jogada em cima. Em termos simbólicos isso representa a_impossibilidade da divisão que os estados poderiam propiciar. A unidade do território era_simbolizada, no caso, pela própria terra.

Ao mesmo tempo, o Estado Novo produziu uma enorme valorização de dois elementos: as bases municipais e a idéia de região geográfica. O território tem uma unidade política básica que são os municípios. E esses municípios não são valorizados como deveriam ser. E, relação à região, o Estado Novo estabelece a primeira política oficial de divisão geográfica do país em regiões[31]. O município é uma categoria política que não é igual ao estado, e a região também é uma outra idéia de se sobrepor ao estado.

3.3.1. A Campanha dos Mapas Municipais

O interesse do IBGE na organização municipal residia, entre outras causas, nas necessidades de promover o recenseamento geral de 1940, no qual já estava envolvido. Diante do exposto, o Decreto-Lei nº 311, em seu artigo 16, determinava que a divisão territorial de cada estado fosse estabelecida mediante lei geral qüinqüenal, devendo a primeira lei ser baixada prontamente, para entrar em vigor no dia 1º de julho de 1938, para cumprir as exigências da preparação do Recenseamento. Pelo artigo nº 13, as prefeituras de todos os municípios brasileiros ficavam obrigadas a elaborar mapas dos seus territórios, entregando-os em duas vias ao Diretório Regional de Geografia.

O § 1º desse mesmo artigo determinava que os mapas municipais, mesmo aqueles

levantados de forma rudimentar, deveriam satisfazer os requisitos mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Geografia. Levando em conta que um número significativo de municípios não dispunha de recursos financeiros e técnicos para tal empreitada, o Conselho estabeleceu os requisitos com prudência, sobretudo quanto à elaboração técnica do mapa municipal.

[31] Na Primeira república, já podiam ser encontradas propostas de região em livros de geografia, mas não de caráter oficial.

De acordo com a Resolução nº 3 do Diretório Central do CNG, de 29 de março de 1938 (IBGE, 1951a: 6-13), foi fixado o dia 2 de março de 1939 para a entrega dos mapas. O não cumprimento na data prevista implicaria na cassação da autonomia municipal. Ficaram estabelecidos na Resolução os requisitos mínimos quanto ao papel, à tinta, ao formato, à escala, ao perímetro e suas confrontações, às divisas interdistritais, às elevações, aos cursos de água, às ferrovias, rodovias e caminhos vicinais, a coloração, a ortografia, às linhas telefônicas e telegráficas. A citada Resolução apresentou anexo contendo quadro elucidativo complementar das convenções e das normas cartográficas recomendadas, e exemplo da planta esquemática (modelo), da sede de circunscrição, municipal ou distrital que deveria fazer parte do mapa municipal.

O Decreto-Lei nº 522, de 28 de junho de 1938, prorrogou o prazo para a fixação dos novos quadros para a divisão territorial que deveriam entrar em vigor a 1º de janeiro de 1939.

A Exposição de Mapas Municipais foi resultado das determinações presentes no Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938 (IBGE, 1952: 60-63), que obrigava aos governos estaduais providenciarem a elaboração de leis gerais que, em cada unidade, deveriam fixar a divisão territorial dos respectivos municípios e distritos. O referido decreto foi baixado em decorrência da exposição levada ao governo federal pelo IBGE sobre a necessidade de unificação e racionalização do quadro territorial, administrativo e judiciário da República, bem como de determinação das áreas rurais e urbanas e do levantamento dos mapas municipais.

Para a execução desse planejamento, duas campanhas geográficas foram empreendidas sob o controle técnico e assistência direta do Conselho Nacional de Geografia: 1) descrição sistemática, segundo as normas racionalizadoras estabelecidas dos limites dos 1.574 municípios e 4.842 distritos brasileiros; 2) levantamento, dentro

dos prazos rígidos e de acordo com as exigências uniformes previamente fixadas, dos mapas de todas as nossas circunscrições municipais.

O prazo estabelecido em lei – 31 de dezembro de 1938 – representou tempo útil reduzido, em virtude da extensão territorial do país, das dificuldades de comunicação e da complexidade do trabalho, e principalmente por considerar que os âmbitos territoriais municipais e distritais só foram definidos a 1º de janeiro do ano seguinte.

O Conselho Nacional de Geografia sugeriu então à Presidência da República a prorrogação do prazo para 31 de dezembro de 1939, para a entrega das plantas topográficas, o que foi convertido em Lei de 4 de fevereiro de 1939. Os resultados das campanhas foram apresentados no dia 24 de março de 1940, nas Exposições Regionais de Mapas Municipais. No sentido de dar cunho nacional ao fato, o presidente do IBGE dirigiu uma saudação especial no programa "A Hora do Brasil", comandado pelo DIP.

A passagem do quarto aniversário do Instituto, em 29 de maio de 1940, coincidiu com o encerramento da campanha de sistematização da divisão territorial do país, e, na mesma data, o presidente da República teve oportunidade de inaugurar a Exposição de Mapas Municipais, montada no recinto da Feira de Amostras do Rio de Janeiro. A mostra foi organizada pelo Conselho Nacional de Geografia, com a colaboração do Conselho Nacional de Estatística e da Comissão Censitária Nacional.

A solenidade contou com a presença de ministros de Estado e de outras autoridades. Sobre cada um dos municípios foram apresentados os seguintes documentos na Exposição: 1) mapa do território municipal; 2) plantas da cidade - sede municipal e das vilas-sede distritais; 3) coleção de fotografias de aspectos municipais; 4) descrição dos limites municipais e das divisas inter-distritais; 5) descrição dos perímetros urbanos e suburbanos das sedes; 6) relatório do preparo do mapa municipal. Finalizando, a mostra completa da coleção de mapas dos 1.574 municípios,

acompanhados de aspectos fotográficos do seu desenvolvimento urbano e das suas belezas naturais.[32]

O *Correio da Manhã*, em sua edição de 28 de maio de 1940, destacava que os mapas, elaborados em observação ao Decreto-Lei nº 311, obediente às normas técnicas fixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, representavam a mais ampla documentação cartográfica já reunida no Brasil. O periódico ainda comentava sobre a abertura da cerimônia, que contou com pronunciamentos do José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE, e ainda, fariam uso da palavra o Srs. Licínio de Almeida, em nome do Conselho Nacional de Estatística, e C. Tavares Bastos, pela Sociedade Brasileira de Estatística, o comandante Ernani do Amaral Peixoto, interventor federal do Estado do Rio, e João Carlos Vital, diretor do Instituto de Resseguros do Brasil. Na sua edição do dia 30 de maio, o *Correio da Manhã* informou que o presidente Getúlio Vargas presidira a solenidade e pronunciara um discurso.

3.3.2 A comemoração do "Dia do Município"

O Instituto também promoveu a comemoração do "Dia do Município," realizado em todos os municípios do Brasil no dia 1º de janeiro de cada qüinqüênio. O primeiro ocorreu em 1º de janeiro de 1939 e o segundo em 1º de janeiro de 1944, quando começou a vigorar os novos quadros qüinqüenais de divisão territorial.

A comemoração do Dia do Município estava prevista no Decreto-Lei nº 846, de 9 de novembro de 1938 (IBGE, 1952: 76-77). O texto legal determinava que os novos quadros circunscricionais (judiciário-administrativos) deveriam obedecer, nos respectivos âmbitos de jurisdição, ao ritual elaborado pelo Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, e preconizava que as solenidades inaugurais deveriam realizar-se

[32] Trecho extraído do Relatório da Presidência do Instituto, referente a 1940.

de maneira uniforme em todas as sedes municipais. Os eventos teriam um tríplice caráter – histórico, jurídico e cultural –, o que traria alto significado na vida municipal do país, e se revestiria também de uma relevante expressão nacionalista.

A proposta do IHGB, apoiada pelo CNG, era de que a data de 1º de janeiro de 1939, em que se deveriam dar lugar essas solenidades na forma do Decreto-Lei nº 522, fosse oficialmente consagrada à exaltação do papel do município na organização da Pátria brasileira, constituindo-se como festa cívica de inauguração qüinqüenal dos quadros territoriais, a realizar-se em todas as sedes municipais, na conformidade da legislação regional que prescreveram essas solenidades, as normas assentadas pelo Conselho.

Assim, a festa do Dia do Município constitui-se nas cerimônias que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro deliberou e promoveu sob os auspícios dos Governos da União, do Distrito Federal, dos estados e do Acre e com a cooperação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e demais instituições culturais, públicas e privadas, à mesma hora em todo território brasileiro.

As comemorações do Dia do Município foram amplamente divulgadas pela imprensa. O *Jornal do Brasil*, em suas edições dos dias 3 e 25 de dezembro de 1938, informava de que maneira o dia 1º de janeiro seria comemorado em todas as sedes municipais do país, bem como os objetivos da solenidade cujo ritual tinham um sentido jurídico, uma finalidade histórica e um significado cívico. Quanto ao significado jurídico, a reportagem informou que ficariam todas as circunscrições a que se referia o ato, com os nomes e a constituição territorial que a lei lhes houvesse atribuído, nos competentes foros.

Sob o ponto de vista histórico, as sessões cívicas marcariam devidamente o início da vigência do novo quadro territorial. E mencionava que acontecimentos

dessa natureza constituem em fatos de grande relevo tanto na história regional como na história nacional, pois sobre eles repousa toda a organização política, administrativa, social e econômica da vida nacional, que até aquele momento não tinham a consagração que mereciam. Porém, a partir de 1º de janeiro de 1939, cada circunscrição do quadro territorial brasileiro, teria a certidão do seu registro histórico assegurado por lei.

Como objetivo cívico, as solenidades inaugurais do novo quadro territorial visavam à confraternização entre todos os grupos sociais brasileiros.

As comemorações teriam lugar em todas as sedes das circunscrições municipais brasileiras já instaladas ou por instalar, no mesmo dia às 15 horas, no salão nobre ou Fórum, ou na Prefeitura Municipal, na conformidade da legislação regional, das normas assentadas pelo Conselho Nacional de Geografia, obedecendo ao ritual estabelecido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo o noticiário, na capital da República o evento contaria com a presença do Chefe da Nação, membros dos ministérios e altas autoridades civis e militares.

A reportagem do *Jornal do Brasil*, de 01/01/1939, p. 7, registrava a celebração, em todo o país, do "Dia do Município", e divulgava trecho do discurso sobre a significação da solenidade:

> Embebidos naquele mundo de ficções em que se compraziam as tendências demográficas de nossa formação política, anos e anos levamos sem dar, praticamente, à chamada célula mater, do País, o lugar que lhe conferiam vagas dissertações teóricas sem nenhuma ressonância no mundo das realidades concretas. O Município como que se perdia entre miragens e abstrações,

> dissociado inteiramente, daquela missão básica que devia integrá-lo, como força viva e de função (...) com o tempo aglutinadora e dinâmica, no ritmo totalitário das atividades nacionais.

O Decreto-Lei nº 311, que sistematizou a divisão territorial da República, bem como as providências legislativas dele decorrentes levadas a efeito, dentro de prazos rígidos, em todas as Unidades da Federação, fixaram princípios e estabeleceram diretrizes em perfeita harmonia com os superiores interesses da organização municipal, solucionando problema secular, dentre quantos viciavam a estruturação orgânica das circunscrições administrativas que constituem a nossa 3ª órbita política.

Anomalias na nomenclatura, nucleação, hierarquia e limites encontraram remédio pronto e eficaz no importante movimento cívico administrativo que abrange todo o território nacional, determinando a concretização das medidas racionalizadoras a que a Nação tem assistido com o estímulo dos seus melhores aplausos.

O jornal *A Noite*, do dia 4 de janeiro de 1939, ocupou-se em informar as comemorações nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, em Goiânia e nos municípios mineiros de Januária e Lima Duarte, entre outros, trazendo comentários sobre as personalidades presentes, os discursos, banquetes, etc.

Considerações finais

A partir das proposições delineadas ao longo do estudo impõem-se algumas reflexões acerca das transformações políticas e culturais ocorridas na sociedade brasileira no período do Estado Novo. O momento em que o IBGE emerge no cenário nacional – na qualidade de agência incumbida de articular, coordenar e sistematizar os inquéritos estatísticos, bem como as atividades geográficas em âmbito nacional, quando se dá o encontro de ações que iriam selar a participação do órgão no projeto político-cultural delineado pelo ideário estadonovista.

O foco em que o estudo se manteve no decorrer da investigação – a pesquisa realizou levantamentos para averiguar os eventos ibgeano de relevância ligados à cultura no período em causa –, demonstrou que a adesão do IBGE ao projeto político-cultural do Estado Novo se deu na mais completa sintonia. Dito em outras palavras, as ações culturais desenvolvidas pelo IBGE autorizam a afirmar que tenham sido fundadas em plena correspondência de interesses, tanto nos primeiros momentos da sua criação ainda na década de 1930, e mesmo já nos anos 1940, quando o IBGE se consolida como instituição responsável pela implementação de políticas territoriais e dos levantamentos estatísticos no governo Vargas.

Certamente, pode-se asseverar que a cultura política dominante encontra-se em perfeita harmonia com as práticas adotadas pelas políticas públicas do IBGE. Passo a passo, quando se aprofunda a análise documental no decorrer da pesquisa, torna-se possível observar que, para além da subordinação político-administrativa existente entre o IBGE e o governo Vargas, outras revelações afloram,derivadas da investigação que atesta a identidade de objetivos, especialmente no tocante aos aspectos culturais daquele período histórico.

Entre os fatos revisitados, foram selecionados aqueles cujas representações externaram a participação do IBGE em eventos ligados à cultura: a comemoração do *Dia do Município* simboliza a intenção manifesta de valorizar os municípios brasileiros como partícipes da conjuntura nacional e, conseqüentemente, integrando-os ao processo político-cultural em andamento; a celebração do *Dia do Estatístico e do Geógrafo* reverencia profissões em ascensão naquele momento social; a *Exposição Nacional de Mapas Municipais* divulga pela primeira vez os resultados obtidos pela nova divisão territorial do Brasil, campanha geográfica endossada pelo governo federal, e que se inseriu na política cultural de planejamento de Estado; o *Batismo Cultural de Goiânia* confirma a proposta de ocupação do espaço territorial através da "Marcha para o Oeste", e traz embutida à reboque a expansão da cultura que a ousadia daquela iniciativa o tempo se encarregaria de ratificar pelos resultados alcançados - o conhecimento do Brasil representava uma das vertentes a ser percorrida; as publicações *Revista Brasileira de Geografia, Revista Brasileira de Estatística e Revista Brasileira dos Municípios*, todas editadas sob a chancela do IBGE, servem de veículo para difundir o Brasil real que as pesquisas de campo desvendavam, da mesma forma que registravam os avanços de uma estatística mais científica.

Os valores culturais que se encontram subjacentes às ações político-administrativas do IBGE refletem e, simultaneamente, fortalecem os mesmos valores da cultura política dominante. Cabe ressaltar, todavia, que muitos deles já estavam presentes e não são exclusivos do período: ao nacionalismo e à brasilidade vêm se juntar os interesses propagandísticos do governo Vargas. Nesse sentido, cabe inferir que o tratamento dado pelo IBGE às questões culturais pode ser entendido como de *causa e conseqüência*.

De *causa*, posto que a sedimentação do IBGE se dá exatamente no Estado Novo, período em que a centralização de poder se revela mais exacerbada e, por isso mesmo, mostrando-se favorável a decisões inovadoras no âmbito de políticas públicas. Se houve um período antecedente (a) de criação, idealizado por intelectuais e cientistas que almejavam elevar o nível das estatísticas brasileiras até então desacreditadas, (b) e outro de instalação, voltado para a unificação das estatísticas, agrupando-as em uma única instituição, também é fato que será em plena política getuliana que o IBGE atingirá sua plena expansão.

Admitindo-se este liame, pode-se reconhecer a consolidação do IBGE como *conseqüência* da política vigente no Estado Novo: de um lado a ideologia dominante que incorpora a cultura como uma manifestação passível de ser (re)utilizada, o nacionalismo como uma possibilidade de integração do território; de outro o IBGE , como Instituto que toma a si a incumbência de (re)conhecer o território, apropriando-se com eficiência de uma atribuição importante para a cultura nacional. Estabelece-se, dessa forma, um consenso nas questões culturais e nacionais, uma reciprocidade de interesses que atende, naquele momento, as duas partes.

O estudo sobre a política cultural empreendida pelo IBGE no Estado Novo permitiu que houvesse um maior aprofundamento do tema, ao desvelar questões importantes acerca das práticas da instituição naquele período, e ao fazê-lo, procurou não só elucidar essas ações como buscou meios para melhor compreendê-las. Não obstante, a investigação não esgota o assunto. Pelo contrário, abre-se para uma variedade de abordagens ainda a trabalhar.

Trazer o tema à discussão terá sido uma das propostas explicitadas no estudo. Nesta perspectiva, se o trabalho vier a contribuir para a expansão de novas pesquisas sobre as representações culturais do passado terá cumprido seu objetivo primeiro.

Ainda hoje, apesar das aceleradas mudanças sociais e tecnológicas ocorridas na sociedade brasileira e, por *causa*, atingindo a própria instituição, o IBGE prossegue produzindo conhecimento e disseminando informações. Contudo, não as dissocia jamais do saber e da realidade social do país. Como *conseqüência*, a política cultural, embora não declarada em sua missão institucional, continua presente em seus inquéritos, perpassando suas práticas e ações como um substrato passível de ser extraído, percebido e revertido para a sociedade como um bem comum a todos.

BIBLIOGRAFIA

FONTES:

ANDRADE, Almir de. Almir de Andrade (depoimento, 1981) Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1985. 48.p. dat.

ATIVIDADES geográficas no Brasil ao tempo da Colônia, do Império e da República. In: *Bibliografia geográfico-Estatística brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, v.1 1936/1950.

AZEVEDO, Aloysio Vilela de. *Os Recenseamentos no Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1990. 158 p. mimeo.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1943 (Recenseamento Geral do Brasil, 1940, série nacional, v.1, t. 1).

BERNARDES, Nilo. A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 44, n.3, 1982.

CASTRO, Christovão Leite de Castro. Teixeira de Freitas e a sua influência na implantação do Conselho Nacional de Geografia. In: *Encontro comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas*. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, 1994. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 2). 77 p.

CONSELHO Nacional de Estatística. Resoluções. Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística (n°s 1 a 27). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937, t. 1, 91 p.

_____ Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística (n°s 28 a 66). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, t. 2, 123 p.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1891. Caps II, Arts. 28 e 29. Disponível em: http:// www. presidencia.gov.br, acesso em: 14 abr. 2005.

CORREIO DA MANHÃ. Exposição Nacional de Mapas Municipais. Rio de Janeiro, 28/5/1940, p.3.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Manual do agente de estatística:* instruções práticas, sugestões e conselhos. Rio de Janeiro: IBGE/CNE, 1960, 407 p.

CUNHA, Manoel Soares da. Teixeira de Freitas: educação e municipalização. In: *Encontro comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas*. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, 1994. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 2).77 p.

DIRETORIA Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*. Realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, v.1 – Introdução, 544 p.

FAISSOL, Speridião. Memória. Cadernos de Geociências, Rio de Janeiro, nº 15, p. 167, set. 1995. Entrevista concedida a Roberto Schimidt de Almeida.

FREITAS, Mario Augusto Teixeira de. Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p.530, jul/set. 1943.

_____. O esperanto no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, v.6, n. 22, abr/jun., 1945. p.197-207.

_____. *O Recenseamento de 1920 em Minas Gerais*. Relatório apresentado ao Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística, pelo Delegado Geral no Estado de Minas, Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística, 1939. 62 p

_____. Redivisão política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano n.3 v.3, 1941. Separata 19 p.

GONÇALVES, Jayce de Mattos Madeira. *IBGE: um retrato histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Biblioteca, 1995, 65 p.

GUIMARÃES, Lafayette Pereira. *Quarenta anos da fundação do IBGE: 1936-1976*. 19 p. [dat.].

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Coletânea de leis e decretos relativos ao Conselho Nacional de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 92 p.

_____. *O IBGE atual*: objetivos e formação histórica. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenadoria de Planejamento e projetos especiais, s.d. 20 p.

_____. *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação*: elucidário apresentado a IV Conferência Nacional de Educação. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, 1941. 847 p.

_____. *Legislação orgânica do Sistema Estatístico-Geográfico Brasileiro* (1934-1946). Rio de Janeiro: IBGE,1947. 182 p.

_____. *Metodologia do Censo Demográfico de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, série relatórios metodológicos, v. 4, 1983.

_____. *Relatório de atividades* 1937. Rio de Janeiro: IBGE, 1939a.

_____. *Relatório de atividades* 1938. Rio de Janeiro: IBGE, 1939b.

_____. *Resoluções*. Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística (n.os 66 a 110). Rio de Janeiro: IBGE/SERGRAF, 1939c, t. 3, 185 p.

_____. *Resoluções*. Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística (nos 111-162). Rio de Janeiro: IBGE/SERGRAF, 1939d, t. 4, 379 p.

_____. *Resoluções*. Conselho Nacional de Geografia (n.os 1 a 320-1937/1950) Rio de Janeiro: IBGE/SERGRAF, 1951a, 568 p.

_____. *Resoluções*. Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.(n.os 1 a 355 – 1938/1949) Rio de Janeiro: IBGE/SERGRAF, 1951b, 602 p.

_____. *Teixeira de Freitas, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: IBGE/ Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1990. 140 p.

O INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista Brasileira de Estatística*, ano V, n. 19, jul/set, 1944.p.387- 413.

JORNAL DO BRASIL. A inauguração, a 1º de janeiro próximo, do novo Quadro Territorial da República. Rio de Janeiro, 3/12/1938, p.14.

_____. Como vai ser celebrado nesta capital o “Dia do Município”. Rio de Janeiro, 25/12/1938, p.7.

LOURENÇO FILHO. Estatística e Educação. *Revista Brasileira de Estatística.* Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n.1, jan/mar. 1940.

LOURENÇO FILHO, Ruy. Teixeira de Freitas e a Associação Brasileira de Educação. In: *Encontro Comemorativo do Centenário de Teixeira de Freitas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

MENDONÇA, Yedda Borges de. *Roteiro para uma monografia sobre a história do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE/Biblioteca Central [dat.], 1979, 22 p.

NEVES, Jorge das. Teixeira de Freitas e o esperanto. In: *Encontro comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

NOTÍCIAS para Imprensa. Rio de Janeiro: IBGE/Departamento de Censos, 1970.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Comentário do mês. In: Boletim do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n.1, 1943.

PESSOA, Heitor Eloy Alvim. A cooperação disciplinada e os recentes progressos da estatística no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, jan/mar, 1940.

REVISTA Brasileira de Estatística. Vultos da Estatística: José Luiz de Bulhões Carvalho. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n. 1, jan/mar, 1940.
_____. Vultos da Estatística: Mario Augusto Teixeira de Freitas. Rio de Janeiro: IBGE. v.17, n. 65, jan/mar, 1956.

REVISTA Brasileira de Geografia. Atividades do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n.1, 1939.

_____. Histórico de Criação do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 1939.

_____. Exposição Nacional de Mapas Municipais. Rio de Janeiro: IBGE, v.2, n. 3, p.488-61, jul/set, 1940.

REVISTA Brasileira dos Municípios. *Apresentação*. Rio de Janeiro, v.1, n. 1-2 jan/jun, 1948, p.3.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, v.1 n 3-4 jul/dez, 1948. 437p.

SILVA, Benedito. A cooperação interadministrativa na estatística brasileira. *Resoluções da assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, t.4, p.165-181.

SOARES, José Carlos de Macedo. Exposição de Mapas Municipais. (Discurso pronunciado pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, no ato inaugural do certame comemorativo do 4º aniversário do IBGE), 1940. 17 p.

_____. Apresentação. *Boletim Geográfico*, v. 1, n.1, 1943.

_____. Apresentação. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 1, n. 1, 1939.

_____. Apresentação. *Revista Brasileira de Estatística*, Ano 1, n. 1, 1940.

_____. A estatística e a organização nacional. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, ano 2, v. 1, jan/mar. 1941.

_____. O esperanto no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, v.6, n. 22, p. 197-207, abr./jun.1945.

_____. Teses estatísticas. *Teixeira de Freitas pensamento e ação*. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, 1990.

XAVIER, Rafael. O município na organização nacional. In Conferência realizada em Itanhandú, Minas Gerais, durante a Primeira Semana Ruralista Brasileira, promovida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, de 13 a 20 de julho de 1934. Rio de Janeiro: Directoria de Estatística da Produção, 1934, 10p.

LIVROS, DISSERTAÇÕES, TESES E ARTIGOS

ALESSIO, Mônica Mansor d'. Estado-Nação e construções identitárias. In: SEIXAS, Jacy A., BRESCIANI, Maria Stella; e BRESPOHLS, Marion (orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p.164.

ALMEIDA, Roberto Schimidt de. *A Geografia e os geógrafos do IBGE* no *período de 1938-1998*. v. 1. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, v.1.

BEZERRA, Andrade. O papel do Município entre os elementos formativos do espírito de nacionalidade. In: *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, 1940, p.243-252.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2000, 72p. (Descobrindo o Brasil).

ARAÚJO, Rejane. Departamento de Imprensa e Propaganda. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel: LATTMAN-WELTMANN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico biográfico-brasileiro*: pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, v. 2, p. 1.831-1.833.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. O dono da casa: notas sobre a imagem do poder no mito Vargas. *Religião e Sociedade*, n.13, jul. 1986, p.102-122.

AS ATIVIDADES geográficas no Brasil. Separata d' *Observador Econômico e Financeiro*. 1940. Separata. 13p.

BOMENY, Helena, Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.137-166.

CACHAPUZ, Paulo Brandi. A trajetória política de Vargas. SILVA, Raul Mendes, CACHAPUZ, Paulo Brandi, LAMARÃO, Sergio (orgs.). *Getulio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: Rumo Certo Produções Culturais LTDA/BNDS, 2005.

CARVALHO, José Luiz de Bulhões. A estatística no Brasil. In: *Annuário do Ministério da Agricultura, Indústria e Commércio*. Rio de Janeiro: Typographia do Serviço de Informações, 1929.

DIAS, Sônia. Valentim Bouças. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel: LATTMAN-WELTMANN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico biográfico-brasileiro*: pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, v. 1, p. 745-748.

FERREIRA, Marieta de Morais. Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30. In: MAIO, Marcos Chor, VILLAS BÔAS, Gláucia (orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (org.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 559 p.

HEMERLY, Jorge Antonio Morrot. *A Revista Brasileira de Geografia e a produção geográfica no Brasil.* 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1996.

LACERDA, Aline Lopes de. A "Obra Getuliana" ou como as imagens comemoraram o regime. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n.14, 1994, p. 241-263.

MARRAS, Stelio. *Um Brasil companheiro:* Lula e o sindicalismo. São Paulo: Antonio Belline Ed. & Cultura. 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In LINHARES, Maria Yedda (org.) et al.. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MORAIS, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Notas sobre a identidade nacional e a institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 166-176.

OLIVEIRA, Lippi. Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX. In: GOMES, Angela de Castro, PANDOLFI, Dulce e ALBERTI, Verena (coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 2002, p.355.

ORTIZ, Renato. Sociedade e cultura. In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge PINHEIRO, Paulo Sergio (orgs.). *Brasi, um século de transformações*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001, 196 p.

PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 4).

PRÉVE, Orlandina da Silva Damian. *A participação do Boletim Geográfico do IBGE na produção de metodologia do ensino da Geografia*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Unicamp, 1989.

REIS, Elisa Pereira. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, 1988.

REIS Filho, Daniel Aarão. O Estado Nacional à sombra de Vargas. *Nossa História*. São Paulo, n.7, maio 2004.

SANTOS, Marco Aurélio Martins. *Pátria de questionários*: o clamor dos tipos quando o Brasil fez 100 anos. 2004, 204 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo:* um auto-retrato. Brasília, UNB, 1983. (Arquivo Gustavo Capanema).

_____. BOMENY, Maria Helena Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema.* São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.

STÖRIG, Hans J. *As aventuras das línguas*: uma viagem através da história dos idiomas do mundo. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1993. 250 p.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 84.

WAHRLICH, Beatriz. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1983. 908 p.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo